

Sempre em foco

Seguindo a tradição, o 11º Congresso Internacional da Rede Unida, realizado em Fortaleza (CE), entre 10 e 13 de abril, destacou-se pelo debate em torno da educação permanente e da formação dos profissionais do SUS, temas que estão sempre em foco na Revista da RET-SUS. Portanto, não poderíamos nos furtar de trazer, nesta edição, a cobertura do evento, que reuniu mais de seis mil pessoas, entre congressistas, convidados internacionais e conferencistas brasileiros.

Dois outros importantes encontros somam-se a este debate, na seção 'Especial' da revista. O 3º Fórum Mundial de Recursos Humanos em Saúde, realizado em Recife, no fim do ano passado, chamou atenção para a necessidade de assegurar acesso à atenção sanitária mediante fortalecimento dos trabalhadores da saúde. Já a 4ª Mostra Nacional de Experiências em Atenção Básica e Saúde da Família, realizada em março deste ano, reunindo quase dez mil participantes, promoveu a reflexão sobre as práticas de saúde na Atenção Básica e a necessidade de valorização dos profissionais das equipes multiprofissionais que atuam na área.

Na seção 'Entrevista', uma conversa com o novo secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Hêider Aurélio Pinto, sobre as gestões do trabalho e da educação na saúde. Ele revela como essas áreas deverão avançar nos próximos anos.

As oficinas regionais sobre o Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps), realizada nas regiões Sul e Sudeste, em março deste ano, encerrando uma série de encontros sobre a execução do programa em cada estado, e os onze anos da Política Nacional de Humanização e as formas como as escolas técnicas do SUS inovaram suas práticas nesse contexto são focos da seção 'Em Rede' desta edição.

Por sua vez, em 'Escola em Foco', a trajetória da Escola Técnica do SUS de Roraima (ETSUS-RR), que teve nova sede inaugurada em abril de 2014, e os vinte anos do Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba (Cefor-PB), comemorados em abril, com lançamento de um blog e participação ativas nas redes sociais.

Na seção 'Aconteceu', um giro pelas escolas de Alagoas, Santa Catarina, Sergipe, Acre, São Paulo, Ceará, Paraíba, Minas Gerais, Roraima e Pernambuco. Por fim, em 'Panorama', a Pesquisa sobre o Uso Racional de Medicamentos no Brasil, do Instituto de Ciência Tecnologia e Qualidade (ICTQ), revela que são os jovens e escolarizados que mais se automedicam no Brasil.

Boa leitura!

Conselho Editorial da RET-SUS

expediente

Ano VIII - nº 66 - junho/julho de 2014
Revista RET-SUS
Órgão oficial da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde . Brasil
ISSN 1980-9875

Conselho Editorial (Membros da Comissão Geral de Coordenação da RET-SUS)

Aldiney José Doreto (Deges/SGTES/MS); **Gilson Cantarino O´Dwyer** (Conass); **Márcia Cristina Marques Pinheiro** (Conasems); **Felix Rigoli** (Opas/OMS); **Anna Lúcia Leandro de Abreu** (ETSUS Região Norte); **Maria José Camarão** (ETSUS Região Nordeste); **Evelyn Ana Cafure** (ETSUS Região Centro-Oeste); **Laura Aparecida Chistiano Santucci** (ETSUS Região Sudeste); **Claudia Vilela de Souza Lange** (ETSUS Região Sul).

Tiragem 11.000 exemplares

Endereço

Secretaria Executiva de Comunicação da RET-SUS . Avenida Brasil, 4.365 - EPSJV/Fiocruz . Mangueiras . Rio de Janeiro (RJ) . Brasil
CEP: 21.040-360 . Telefones: (21) 3865-9779 ou 9796 . retsus@fiocruz.br . www.retsus.fiocruz.br

Editoria Geral

Katia Machado
Reportagem e redação
Flávia Lima, Jéssica Santos e
Ana Paula Evangelista
Projeto Gráfico e Diagramação
Mário Carestiatto
Capa
Mário Carestiatto
Assistente de Gestão
Fernanda Martins
Periodicidade
Mensal / Bimestral



Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Ministério da Saúde



Fórum chama atenção para a necessidade de assegurar acesso à atenção sanitária mediante fortalecimento dos trabalhadores da Saúde.

Universalidade implica força de trabalho qualificada

especial

Ana Paula Evangelista

A ampliação da oferta para a cobertura universal em saúde por meio da ampliação e qualificação da força de trabalho norteou as discussões do 3º Fórum Mundial de Recursos Humanos em Saúde, realizado em Recife no fim do ano passado, pelo Ministério da Saúde (MS), Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), Organização Mundial da Saúde (OMS) e Aliança Global para a Força de Trabalho em Saúde (GHWA). Foi a primeira vez que um país das Américas sediou o evento, que contou com a presença de cerca de 1.500 representantes de governos, da comunidade acadêmica, de organismos internacionais, de trabalhadores e da sociedade civil, provenientes de 85 países.

Foco do governo brasileiro, o ex-ministro da Saúde, Alexandre Padilha — cuja pasta foi assumida, em fevereiro, por Arthur Chioro —, apresentou o Programa Mais Médicos como uma das iniciativas inovadoras do setor. “Nosso país encontrou uma alternativa importante para um problema global. O Brasil tem apenas 1,8 médicos por mil habitantes”, informou, comparando o índice brasileiro ao de países como Argentina, Uruguai e Portugal. “São poucos médicos e eles estão mal distribuídos: 22 estados têm menos médicos que a média nacional de 1,8 por cada mil habitantes e cinco estados têm menos de um médico por mil habitantes”, enumerou.

A diretora da Opas, Carissa Etienne, falou sobre a importância da qualificação dos profissionais de saúde, agradecendo o governo brasileiro e o secretário executivo da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UnA-SUS), Francisco Campos, pelos esforços empenhados na realização do fórum no Brasil. Segundo Carissa, os Estados membros da Opas se comprometeram com a saúde universal por meio de um plano de ação. “A meta é garantir acesso a cuidados de saúde abrangente e de qualidade, independentemente de condições financeiras, de sexualidade e nacionalidade. Apesar do sucesso em relação aos Objetivos do Milênio, ainda temos muito a fazer se quisermos alcançar aqueles que ainda não tiveram acesso de qualidade à saúde, sem que sofram financeiramente”, disse.

A diretora da OMS, Marie-Paule Kieny, em alusão aos entraves que podem impedir o desenvolvimento da saúde das populações, apresentou o relatório *Uma verdade universal: não há saúde sem força de trabalho*, trazendo contribuições ao texto da Declaração de Recife, documento final do evento. Segundo o relatório da OMS, a escassez de profissionais de saúde, que atualmente apresenta um déficit de 7,2 milhões, deve continuar crescendo e chegar a 12,9 milhões até 2035. Esse aumento pode ser atribuído a fatores como envelhecimento ou aposentadoria dos profissionais de saúde, substituição por empregos bem remunerados e quantidade insuficiente de jovens entrando nas escolas de medicina, que muitas vezes não oferecem um ensino de qualidade. O relatório recomendou uma série de iniciativas para enfrentar a escassez de mão de obra, incluindo o aumento da liderança política e técnica nos países para apoiar os esforços de desenvolvimento de recursos humanos em longo prazo e maximizar o papel dos trabalhadores comunitários da saúde que prestam os primeiros socorros.



Estados-membros da OMS afirmam compromisso com uma saúde abrangente e de qualidade, com destaque para os recursos humanos da Atenção Básica à Saúde.

Compromissos nacionais

As 30 atividades paralelas sobre o papel da força de trabalho, qualificação profissional e regulação para ampliar o acesso à saúde das populações ajudaram, também, na formulação da Declaração de Recife. O documento trouxe dez compromissos nacionais a serem cumpridos pelos 98 países signatários. Segundo a GHWA, ao longo de 23 artigos, o texto abordou a necessidade de aumentar recursos financeiros para a área de recursos humanos em saúde em nível global e recomendou que os recursos já existentes sejam melhor usados por meio da “melhoria da governança” e do “gerenciamento, treinamento, distribuição e retenção de pessoal”.

A Declaração enfatizou a importância de se fortalecer sistemas de informação sobre recursos humanos em saúde, adotando soluções inovadoras e investindo em pesquisa. “Cada país terá que tomar medidas apropriadas de acordo com sua própria situação, tendo em mente que o financiamento é só parte do problema”, escreveu a GHWA. Redes internacionais poderão, também, ser criadas sob a liderança da OMS, considerando as orientações do Código de Prática de Recrutamento Internacional de Profissionais da Saúde.

A comunidade internacional se comprometeu a apoiar a promoção da cobertura universal e da realização do mais alto nível possível de saúde, sugerindo, no texto, aumentar as competências e habilidades do pessoal da saúde, por meio de abordagens educativas transformativas e oportunidades de desenvolvimento profissional contínuas, priorizar o desenvolvimento da força de trabalho em saúde no nível dos cuidados primários em saúde para aumentar a equidade no acesso, promover oportunidades iguais na educação, desenvolvimento, gestão e progressão de carreira para todos os trabalhadores da saúde, sem nenhuma forma de discriminação baseada em gênero,

raça, etnia ou outras, melhorar a distribuição e a retenção da força de trabalho em saúde e avançar em pesquisa e práticas baseadas em evidências para informar e maximizar o retorno do investimento em recursos humanos em saúde. Pauta da 67ª Assembleia Mundial da Saúde da OMS, realizada em Genebra, em maio de 2014, a Declaração de Recife poderá transformar-se em uma resolução a ser adotada pelos Estados membros da organização.

■ Histórico

A primeira edição do Fórum Mundial de Recursos Humanos em Saúde foi realizada em 2008, em Kampala, na Uganda, e resultou numa publicação que solicitava maior compromisso dos países com a área de recursos humanos para a saúde e a aceleração das negociações para construção de um código global de conduta para o recrutamento internacional de pessoal de saúde. Na segunda edição, em Bangkok, na Tailândia, o documento final recomendava a aceleração de implementação de políticas que pudessem solucionar a crise dos recursos humanos.

A grande preocupação girou em torno da redução da carência de trabalhadores da saúde, uma vez que isso impedia os países de alcançar as metas de saúde dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) até 2015. A preocupação aumenta, pois o prazo estabelecido para alcançar as Metas do Milênio já está perto do fim e muitos países não conseguiram reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, nem mesmo controlar a propagação da aids, da malária e de outras doenças — três das oito metas. Além dos ODM, o foco é pensar o que deve ser feito na área de recursos humanos em saúde para que todos os países possam alcançar a cobertura universal, que, segundo a OMS, significa “assegurar acesso à atenção sanitária adequada para todos a um custo acessível”. ▣

Evento destaca aumento do valor do custeio para ampliação dos agentes comunitários no país e promove a reflexão sobre as práticas de saúde.

Foco na Atenção Básica à Saúde

especial

Flávia Lima

O anúncio do aumento de 6,31% do valor do custeio para ampliação dos agentes comunitários de saúde no país foi o destaque da 4ª Mostra Nacional de Experiências em Atenção Básica e Saúde da Família, realizada pelo Ministério da Saúde, no Centro Internacional de Convenções do Brasil, em Brasília, de 12 a 15 de março. O evento reuniu quase dez mil participantes, entre trabalhadores, gestores e usuários do SUS, além de 4.351 experiências na área de todas as regiões do país, promovendo a reflexão sobre as práticas de saúde na Atenção Básica e a necessidade de valorização dos profissionais das equipes multiprofissionais que atuam na área, a exemplo das equipes de Saúde da Família, dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família e dos Consultórios na Rua (proposta que procura ampliar o acesso da população de rua e ofertar, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde, por meio das equipes e serviços da atenção básica). “A Atenção Básica nunca teve tanta visibilidade como agora. Precisamos aproveitar a oportunidade para refletir sobre os desafios inerentes a este nível da atenção”, observou o ministro da Saúde, Arthur Chioro.

Ele destacou o Programa Mais Médicos, por levar mais médicos para regiões onde há escassez e ausência de profissionais, focalizando os serviços de atenção básica de municípios com maior vulnerabilidade social e Distritos Sanitários Especiais Indígenas. “Em todos os lugares, médicos desta iniciativa comprovam que trabalho em equipe bem feito na Atenção Básica faz a diferença para a população”, observou, lembrando que a Atenção Básica conta com quase um milhão de trabalhadores, sendo, portanto, de fundamental importância.

Na abertura, o ministro assinou duas novas portarias: a primeira amplia a lista de categorias profissionais que podem compor as equipes de Consultório na Rua, em suas diferentes modalidades; e a segunda fixa o valor do incentivo de custeio das equipes de Consultório na Rua em R\$ 19.900,00 (modalidade 1), R\$ 27.300,00 (modalidade 2) e R\$ 35.200,00 (modalidade 3). Ele anunciou, também, o aumento de recursos para os agentes comunitários de saúde (ACS) e a expansão do serviço 0800 Telessaúde, destinado às equipes que participam do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ). A medida beneficiará 17.482 equipes e 3.965 municípios, considerando o primeiro ciclo do PMAQ. Nos últimos anos, disse, cerca de 45 milhões de pessoas foram beneficiadas pelas ações da Atenção Básica, incluindo boa parcela da população no SUS. Para ampliar ainda mais o acesso, revelou Chioro, o Ministério da Saúde prevê investir, ainda em 2014, mais de R\$ 18 bilhões em melhorias na infraestrutura, acesso e qualidade do atendimento básico à saúde.

Meta a alcançar

Esta quarta edição contou com relatos, mesas redondas e atividades culturais que abordaram os temas da saúde bucal, atenção à saúde das mulheres e gestantes, homens, idosos, crianças e adolescentes, saúde mental, saúde na escola e práticas integrativas e complementares do SUS. A educação permanente em saúde, a formação profissional das equipes e os desafios inerentes ao Mais Médicos foram os temas de destaque das rodas de conversas. Nas oficinas, os temas destacados

foram saúde indígena na Rede de Atenção à Saúde, cuidado à pessoa com deficiência, com tuberculose e da saúde do trabalhador da saúde, atenção nutricional e assistência farmacêutica na Atenção Básica.

Na mesa redonda *Mais Médicos para o Brasil – avanços e desafios*, o secretário de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Sgets/MS), Hêider Aurélio Pinto, ressaltou que sem o programa, o Brasil não conseguiria cumprir a meta de chegar, ao fim desta década, com pelo menos 75% da população atendida por equipes da Estratégia Saúde da Família. Ele lembrou que, mesmo com o crescimento de mais de 100% nos recursos investidos na Atenção Básica entre 2010 e 2014, o número de equipes de ESF crescia lentamente, com uma média de mil novas equipes por ano, e as mesmas não conseguiam manter um médico com carga horária integral, de 40 horas semanais. “O SUS precisa de 15 mil novas equipes. Para tanto, seriam necessários, pelo menos, 15 anos para que o país alcançasse a meta pactuada”, calculou. Além da dificuldade na contratação dos médicos, a alta rotatividade desses profissionais também dificultava a continuidade das ações da equipe.

■ Porta de entrada do SUS

A Declaração de Alma-Ata (1978), da qual o Brasil é signatário, assim define a Atenção Básica à Saúde (ABS) — ou Atenção Primária à Saúde (APS): “Atenção essencial à saúde baseada em tecnologia e métodos práticos, cientificamente comprovados e socialmente aceitáveis, tornados universalmente acessíveis a indivíduos e famílias na comunidade por meios aceitáveis para eles e a um custo que tanto a comunidade como o país possa arcar em cada estágio de seu desenvolvimento, um espírito de autoconfiança e auto-

determinação. É parte integral do sistema de saúde do país, do qual é função central, sendo o enfoque principal do desenvolvimento social e econômico global da comunidade. É o primeiro nível de contato dos indivíduos, da família e da comunidade com o sistema nacional de saúde, levando a atenção à saúde o mais próximo possível do local onde as pessoas vivem e trabalham, constituindo o primeiro elemento de um processo de atenção continuada à saúde”.

A ABS deverá ser capaz de resolver os problemas do dia a dia da população, coordenando e integrando os outros níveis de atendimento. Neste primeiro nível de atenção, são realizadas vacinas e exames como pré-natal e Papanicolau. De acordo com o Ministério da Saúde (MS), espera-se que a ABS possa resolver 80% dos problemas de saúde da população, evitando parte importante das interações hospitalares e resolvendo os problemas de saúde perto de onde as pessoas vivem ou trabalham.

No Brasil, o trabalho é realizado nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), nas Unidades Básicas de Saúde Fluviais, nas Academias da Saúde, bem como nos domicílios, junto a pacientes com dificuldade de locomoção e necessidade de atenção domiciliar. É por meio da Estratégia Saúde da Família que a Política de Atenção Básica do SUS se materializa. Atualmente, segundo dados do MS, cerca de 109,3 milhões de cidadãos (o equivalente a 56,4% da população) contam com a estratégia, por meio do trabalho de 34.715 equipes. Cada equipe se responsabiliza pelo acompanhamento de, no máximo, quatro mil habitantes, sendo a média recomendada de três mil habitantes de uma determinada área. Em 2013, o MS investiu R\$ 16,1 bilhões somente para o custeio das equipes de atenção básica, o que representou um aumento de 65% em relação a 2010, quando foram investidos R\$ 9,73 bilhões. ■



Evento reflete importância do primeiro nível de atenção à saúde.

Encontros sobre o Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde identificam dificuldades e soluções comuns às escolas do Sul e do Sudeste.

Os desafios da execução do Profaps

em rede

Jéssica Santos e Ana Paula Evangelista

A série de oficinas regionais sobre o Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps), iniciada no ano passado, encerrou em março, nas regiões Sul e Sudeste, tendo como objetivo tratar da execução do programa em cada estado e identificar e compartilhar dificuldades e experiências exitosas. A exemplo das edições anteriores, os debates em torno da execução física e financeira do Profaps foram precedidos pelo lançamento da coletânea de materiais didáticos dos cursos técnicos em Citopatologia, Hemoterapia, Vigilância em Saúde e Radioterapia.

A Oficina Profaps Sul, sediada em Blumenau (SC), reuniu a Escola Técnica do Sistema Único de Saúde (ETSUS) de Blumenau e a Escola de Formação em Saúde (Efos), em Santa Catarina, a Escola Estadual de Educação Profissional em Saúde do Estado do Rio Grande do Sul e o Centro Formador de RH Caetano Munhoz da Rocha (Cefor Paraná), além dos conselhos estaduais de Educação e das secretarias estaduais de Saúde. “Apesar de fisicamente mais estruturadas e de algumas escolas contarem com um corpo docente e administrativo fixo maior, as ETSUS do Sul apresentam dificuldades semelhantes a de outras regiões quanto à execução financeira do Profaps e à articulação com as várias áreas das secretarias de Saúde e Educação”, comparou o coordenador-geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde e da Rede de Escolas Técnica do SUS (RET-SUS), Aldiney Doreto. Segundo ele, há pouco mais de 2.300 alunos matriculados em cursos e cerca de 1.300 profissionais formados no contexto do Profaps na região.

Oficina Sul

A Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul, que tem como missão a gestão da educação em saúde coletiva no estado, desenvolvendo ações de qualificação, educação permanente, pesquisa e produção de conhecimentos para o SUS, apresentou seu histórico, estrutura e suas ações de formação profissional na área da saúde. Atualmente, a escola está executando, com recursos do Profaps, aperfeiçoamentos em Saúde do Idoso e em Saúde Bucal. Para Waleska Antunes Pereira, vice-diretora da escola, o encontro foi fundamental por subsidiar a unidade com informações que ajudarão a superar alguns desafios.

A vice-diretora e coordenadora pedagógica do Cefor Paraná, Arlete Spoladore, em alusão às formações executadas e em andamento com recursos do Profaps, citou a Primeira Etapa Formativa do Curso

Técnico em Agente Comunitário de Saúde. Segundo ela, a escola formou, desde 2011, 3.542 profissionais no primeiro módulo do curso técnico, o que correspondeu a 147 turmas ofertadas em 203 municípios do estado. No mesmo contexto, estão também os cursos técnicos em Saúde Bucal, com 258 alunos formados por meio de 13 turmas, em Enfermagem, por meio do qual a escola formou 253 profissionais, divididos em 11 turmas, e em Vigilância em Saúde, com 554 profissionais formados por meio de 21 turmas, abarcando mais de 100 municípios do estado.

■ Mapeamento de demandas

A Efos oferece formação profissional de nível médio para 242 municípios do estado de Santa Catarina, informou a diretora, Leni Granzotto. A escola realiza, segundo ela, um mapeamento da demanda por meio de questionários, para que os gestores apontem suas reais necessidades. “Depois de mapeadas as demandas regionais, é solicitada a deliberação da Comissão Intergestora Bipartite (CIB) e do Conselho Estadual de Educação quanto à autorização da descentralização das turmas”, contou.

Leni informou que estão em andamento, com recursos do Profaps, os cursos técnicos em Enfermagem, Saúde Bucal e Vigilância em Saúde, além da Especialização Técnica em Saúde Mental e a formação inicial dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, totalizando 350 alunos em salas de aula.

Ela destacou como nó crítico para executar os recursos do programa no estado a dificuldade de obter a documentação nas instituições de ensino onde irão acontecer as aulas descentralizadas. “Sem a comprovação de uma estrutura mínima, a escola fica impossibilitada de ofertar a formação naquele espaço”, justificou. Quanto ao avanço alcançado, citou a articulação com o Conselho Estadual de Educação. “Hoje, percebemos que há uma compreensão melhor do que é uma escola do SUS”, concluiu.

Claudia Lange, diretora da ETSUS Blumenau e representante regional Sul da RET-SUS, iniciou sua fala apresentando a equipe da escola, que passou por um processo de ampliação quanto aos processos administrativos e ao organograma. Segundo ela, a instituição atende as cidades das associações dos municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), da Foz do Rio Itajaí (AMFRI) e Alto do Vale do Itajaí (AMAVI).

Com recursos do Profaps, concluiu os aperfeiçoamentos em Saúde Mental, Saúde do Idoso e Imunização, além das especializações técnicas em Atenção Básica e Enfermagem do Trabalho. Em andamento, estão várias formações técnicas, incluindo o curso Técnico em Vigilância em Saúde. Com nova sede, inaugurada em novembro de 2013 (ver Revista RET-SUS nº 64, de abril de 2014), a ETSUS Blumenau pretende alavancar com os cursos no município. “Estamos correndo atrás para utilizar agora, da melhor forma possível, o novo prédio”, anunciou.



Escolas do Sul identificam soluções e apontam alguns desafios a serem superados.

Jéssica Santos / RET-SUS

Durante o encontro, a professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Vânia Backes, apresentou dados da Especialização em Linhas de Cuidado em Enfermagem, ofertado pela UFSC em parceria com o Ministério da Saúde a cerca de 1.300 enfermeiros. Iniciado em novembro de 2012 e com previsão de término em abril deste ano, na modalidade a distância, o curso tem como meta a formação de profissionais capazes de responder aos novos desafios das Redes de Atenção à Saúde do SUS, entre elas Saúde Materna, Neonatal e do Lactente, Atenção Psicossocial, Urgência e Emergência e Doenças Crônicas Não transmissíveis. Além dessa formação, acrescentou Vânia, estão previstas especializações técnicas para a Enfermagem e atualizações voltadas aos agentes comunitários de saúde e a criação de um acervo público e colaborativo com materiais sobre educação profissional em saúde. A Oficina Profaps Sul encerrou com uma visita às novas instalações da ETSUS Blumenau.

Oficina Sudeste

A Oficina Profaps Sudeste, realizada em Vitória (ES), reuniu os seis centros de Formação de Recursos Humanos para o SUS do estado de São Paulo — Cefor Araraquara, Cefor Assis, Cefor Franco da Rocha, Cefor Osasco, Cefor Pariqueira-Açú e Cefor São Paulo —, a Escola Municipal de Saúde (EMS) de São Paulo, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) e a Escola de Formação Técnica em Saúde Enfermeira Izabel dos Santos (Etis), no Rio de Janeiro, o Núcleo de Educação e Formação em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Espírito Santo, a Escola Técnica do SUS (ETSUS) de Vitória (ES), a Escola Técnica de Saúde da Universidade Estadual de Montes Claros (ETSUS Unimontes) e a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG).

O encontro contou com a participação do secretário de estado de Saúde do Espírito Santo, José Tadeu Marino, que destacou a importância da educação continuada e permanente no SUS como um dos grandes gargalos para um SUS eficiente e com qualidade. “Não adianta discutir apenas o financiamento, pois sem os recursos humanos qualificados e capacitados não existirá um SUS integral”, observou. Segundo ele, o Espírito Santo carece, por exemplo, de técnicos em enfermagem, hemoterapia e radiologia.

A Etis foi a primeira a apresentar um panorama da escola carioca. Ao iniciar sua fala, a diretora geral, Marta Barbosa, chamou atenção para as dificuldades que a instituição enfrentou ao longo dos anos, face à mudança de vínculo, não tendo curso oferecido no contexto do Profaps. Em 2011, citou, a unidade foi transferida da Se-

cretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil (Sesdec) para a Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Sect) do Rio de Janeiro, dificultando a contratação de professores e a execução de quaisquer formações. “Todas as demandas de cursos precisam ser autorizadas pela Faetec, causando certa morosidade no processo”, revelou. Recentemente, a Etis abraçou o Projeto Caminhos do Cuidado, voltado para a formação em saúde mental (crack, álcool e outras drogas) dos agentes comunitários de saúde e auxiliares e técnicos em enfermagem, sob a coordenação do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), de Porto Alegre, e Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio de convênio com o Deges, dando visibilidade à escola.

A vice-diretora de Ensino e Informação da EPSJV, Paulea Zaquine Monteiro Lima, falou sobre os cursos da instituição, que é unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) dedicada a atividades de ensino, pesquisa e cooperação no campo da Educação Profissional em Saúde. “Os recursos do Ministério da Saúde são enviados diretamente para a Fiocruz e esta faz a redistribuição para suas respectivas unidades, incluindo a EPSJV”, esclareceu. Ela apontou como principal nó crítico a ausência dos trabalhadores em sala de aula. “Sempre que iniciamos os cursos, muitos trabalhadores não conseguem ser liberados de suas atividades para acompanhar as aulas, mesmo realizando pactuações com os gestores”, disse.

Oportunidade de reflexão

Andrey Luis Mozzer, diretor do Núcleo de Educação e Formação em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde, falou sobre os desafios da escola e que o ano de 2014 seria um momento para pensar as ferramentas que estão sendo usadas para a formação como forma de organizar o trabalho. Ele informou não ter sido executado nenhum recurso do Profaps, mas, o objetivo é mudar esta realidade, firmando parcerias com outras escolas. Um dos principais parceiros é a Escola Técnica e Formação Profissional de Saúde em Vitória (ETSUS Vitória), recentemente integrada à RET-SUS, que executou o Curso Técnico em Vigilância e



Marino (ao centro):
'Recursos humanos
qualificados para
um SUS integral'

Saúde e o Aperfeiçoamento para Profissionais de Enfermagem à Saúde da Pessoa Idosa, com recursos do programa. “Estamos com um grande desafio, pois temos quatro cursos que já foram aprovados pelo Conselho Estadual de Educação, que foram os técnicos em Vigilância e Saúde, Enfermagem, Farmácia e Análises Clínicas”, anunciou a diretora da ETSUS Vitória, Regina Célia Wernner.

A Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG) informou, por sua vez, que, em 2009, executou a Complementação do Auxiliar para Técnico em Enfermagem junto com Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Com recursos do Profaps de 2010, a escola realizou o curso Técnico em Hemoterapia, tendo pactuado a formação de 20 alunos e formado 12 profissionais. Na Primeira Etapa Formativa do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, a escola formou mais de 800 alunos, tendo cumprido a meta de 90% do planejado no contexto do programa. Com os mesmos recursos, executou a Complementação do Auxiliar para Técnico em Enfermagem, tendo formado 188 alunos. Quanto ao Profaps 2011, a ESP-MG planejou formar 210 alunos no curso Técnico em Vigilância e Saúde, tendo, em formação, 110 profissionais, segundo a coordenadora pedagógica da escola, Juliana Mesquista.

O diretor da ETSUS Unimontes, Geraldo Reis, discorreu sobre as dificuldades que a escola enfrenta por não estar vinculada à Secretaria de Educação. “Temos o desafio de participar mais ativamente na implantação do Profaps, porém temos alguns problemas. Já aceleramos os acordos de cooperação técnica para a implantação dos cursos de técnico em Citopatologia e Gerência em Saúde e da primeira etapa formativa do agente comunitário de saúde, mas estamos impossibilitados de colocar os cursos em prática”, lamentou.

A diretora do Grupo de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (SES/SP), Claudia Rosa, representando as escolas técnicas do SUS do estado, destacou como ponto positivo o trabalho de supervisão delegada concedido ao Núcleo de Apoio às Escolas Técnicas do SUS (Naet) da SES/SP. “O Conselho Estadual de Educação emitiu um parecer atribuindo ao Naet a competência da supervisão delegada dos seis centros formadores. Isso deu ao núcleo uma autonomia importante, uma vez que passou a aprovar os planos de cursos e os planos escolares”, explicou. Segundo Claudia, a iniciativa permitiu dar maior agilidade aos processos de formação. Pelo Profaps, estão previstas duas turmas do curso Técnico em Hemoterapia e já começaram a seleção de docentes para iniciar o Técnico em Citopatologia.

■ De olho na realidade

A diretora da EMS e representante da região Sudeste na RET-SUS, Laura Christiano Santucci, revelou que recebeu a demanda de quatro áreas prioritárias do Profaps 2010 — Citopatologia, Hemoterapia, Análises Clínicas e Radiologia —, observando que as mesmas não atendiam ao município, uma vez que quase todos os profissionais dessas áreas estão terceirizados. Por este motivo, a escola focalizou o curso Técnico em Vigilância em Saúde, em parceria com a Coordenação de Vigilância e Saúde (Covisa) do município, envolvendo 214 alunos. Ela contou que, além dos estágios supervisionados, os alunos foram submetidos a um processo de avaliação que mensurou a aprendizagem e o desempenho. “Hoje, são 367 alunos em sala, mais do que havíamos previsto”, citou.

De acordo com Laura, quanto ao Profaps 2011, a EMS propôs os cursos na área da Saúde Mental e Saúde do Idoso, tendo iniciado, em 2013, o Curso de Prevenção e Intervenção ao Uso Abusivo de Substâncias Psicoativas, com previsão de formar 750 profissionais — desse total, 650 alunos estão em sala de aula. “Não conseguimos avançar quanto à formação em Saúde do Idoso, devido à falta de infraestrutura e de liberação de profissionais”, disse.

Em sua avaliação, o maior nó crítico para as escolas é a fragmentação da formação. “Enquanto não superarmos essa fragmentação, não adiantará pensar no fortalecimento das escolas, pois estaremos sempre correndo atrás do prejuízo. As escolas do SUS precisam ser reconhecidas como irradiadores da política de educação e saúde e participantes do processo de construção da política de educação permanente do Ministério da Saúde”, orientou.

Ao fim da oficina, Doreto apresentou a situação da Região Sudeste e do país em relação ao uso dos recursos do programa, considerando, apenas, os números de alunos em sala e formados. “No quadro geral do Brasil, dos 80% dos recursos do Profaps em execução, 49% foram concluídos e 31% estão comprometidos”, revelou. Segundo Doreto, os resultados são positivos, apesar de dificuldades evidenciadas por algumas escolas. “Precisamos dar continuidade a essas ações para que consigamos captar novos recursos para a realização de novas atividades”, concluiu.

A série de debates sobre o programa iniciou, ainda, em junho de 2013, quando o Deges promoveu, em Brasília, o Seminário Nacional Profaps. Em agosto de 2013, em Macapá (AP), foi realizado o primeiro encontro regional sobre o programa, reunindo as escolas da Região Norte. A segunda oficina regional, realizada em agosto do mesmo ano, teve sede em Goiânia (GO), abarcando a Região Centro-Oeste. Já a terceira oficina foi realizada em Maceió (AL), em novembro de 2013, envolvendo as escolas da Região Nordeste (veja a cobertura dos encontros nas revistas da RET-SUS nos 62, 63, 64 e 65). ■

Escolas focalizam o tema da Política Nacional de Humanização do SUS, sob a defesa de que o currículo não se esgota em si mesmo.

Humanização na formação técnica em saúde

em rede

Jéssica Santos

Referências na formação profissional em saúde de seus estados, as escolas técnicas do SUS, centros formadores de recursos humanos em saúde e escolas de Saúde Pública da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) destacam-se por focalizar nos currículos de seus cursos as diretrizes e as orientações da Política Nacional de Humanização (PNH), que neste ano completa 11 anos. Na Escola de Formação Técnica Professor Jorge Novis (EFTS), na Bahia, a PNH dá nome a uma unidade de ensino do eixo temático Políticas Públicas, fazendo parte do plano de ação pedagógica das formações profissionais técnicas nas áreas de Enfermagem, Saúde Bucal, Prótese Dentária, Vigilância em Saúde e Agente Comunitário em Saúde. Na Escola de Saúde Pública do Estado do Mato Grosso (ESP-MT), a política faz parte de todas as formações, desde as capacitações, passando pelos técnicos e incluindo as especializações. Na Escola Técnica de Saúde em Roraima (ETSUS-RR), o tema está inserido no primeiro módulo de cada curso técnico, bem como nas qualificações, capacitações e especializações técnicas de nível médio. Já, na Escola de Saúde Pública de Pernambuco (ESP-PE), a humanização em saúde passou a orientar o módulo básico dos cursos técnicos em Prótese Dentária, Saúde Bucal, Enfermagem, Citopatologia, Análises Clínicas e Hemoterapia.

Coordenadora pedagógica na EFTS, Leila Mazzafera conta que a escola revisa constantemente os guias curriculares adotados nos cursos que oferta, considerando a PNH estratégica para a mudança das práticas de saúde nos espaços de aprendizagem do SUS. Segundo ela, no curso Técnico em Enfermagem, por exemplo, a abordagem sobre o tema inclui atividades abertas à comunidade. "A experiência possibilita a prática do acolhimento e do diálogo entre profissionais, docentes, alunos e gestores, bem como fortalece o princípio da integralidade em saúde", revelou. Além disso, a escola integra o Comitê de Humanização da Atenção e da Gestão do SUS da Bahia (CH-SUS), criado pela Portaria nº 1.440, de 20 de setembro de 2013, que tem o objetivo de orientar a Secretaria Estadual de Saúde (Sesab) na consolidação da política no estado. Ao todo, 74 pessoas fazem parte do CH-SUS, das quais 11 são representantes da sociedade civil organizada e 26, do poder público. "O comitê tem função consultiva e propositiva. A EFTS, enquanto integrante desta iniciativa, articula-se com outros atores sociais e contribui para a elaboração de propostas que qualificam a atenção à saúde e extrapolam o contexto do currículo, estimulando a humanização das práticas de saúde", explicou Iara Saldanha, também coordenadora pedagógica da EFTS.



Humanização do SUS implica adequar os serviços de saúde à cultura dos usuários.

■ Práticas mais igualitárias

Cecília Fortes, coordenadora das formações técnicas da Escola de Saúde Pública do Estado do Mato Grosso (ESP-MT), observa que a PNH contribui para uma educação em saúde cuja perspectiva é o autodesenvolvimento profissional, focalizando práticas mais humanitárias, igualitárias e dignas. De acordo com ela, a ESP-MT conta com uma equipe de Humanização que participa do processo de construção das competências dos cursos técnicos desde o início, o que inclui a abordagem sobre a PNH em todas as formações.

Na mesma direção, a Escola Técnica de Saúde em Roraima (ETSUS-RR) aborda o tema em todas as formações técnicas de nível médio. Nesse caso, o tema é apresentado no primeiro módulo, como unidade temática, bem como faz parte das qualificações, capacitações e especializações técnicas. “A ETSUS-RR tem por missão contribuir para a excelência da atenção à saúde, gestão em saúde e vigilância em saúde, fomentando os profissionais das áreas a incorporar, em suas ações, os princípios de integralidade, humanização, prevenção, controle e reconhecimento da autonomia e dos direitos dos usuários”, esclareceu Tania Soares, que, além de diretora da escola, integra o Colegiado Estadual da PNH desde 2010.

Em 2013, a ETSUS-RR destacou-se, ainda, pela promoção do Curso de Formadores de Apoiadores da PNH, com a participação de 45 profissionais de Saúde, de nível médio e superior, com algum envolvimento em ações que se relacionassem com a política. A formação foi organizada em 140 horas de aula, divididas em momentos presenciais e de dispersão. Segundo Tania, a proposta encontrou justificativa na importância que o apoiador tem dentro da unidade de saúde para o fortalecimento da PNH. “A escola planeja ofertar, em 2014, outras turmas”, anunciou.

Na Escola de Saúde Pública de Pernambuco (ESP-PE), a humanização em saúde é tema orientador do módulo básico dos cursos técnicos em Prótese Dentária, Saúde Bucal, Enfermagem, Citopatologia, Análises Clínicas e Hemoterapia. No Colegiado de Gestão Administrativa e Pedagógica e no Conselho Escolar da ESP-PE, há outras estratégias em discussão com o objetivo de evidenciar a PNH, entre elas a criação de um grupo de estudo sobre esta política aberto à comunidade escolar, em parceria com outras instituições formadoras na área de saúde no estado. De acordo com Lorena de Melo, coordenadora de Educação Permanente da escola, o grupo seria responsável por orientar pesquisas que tratam dos eixos da PNH, organizar um seminário sobre o tema nos cursos da área da

saúde do estado de Pernambuco e criar um fórum de debate periódico, capaz de identificar e fortalecer as iniciativas e práticas de humanização que estão sendo realizadas nos serviços de saúde do SUS.

Quando se trata do tema da humanização, as escolas vão além das salas de aula. Em 2013, por exemplo, servidoras do Núcleo de Redes de Atenção à Saúde (NRAS) da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG) participaram do Encontro HumanizaSUS, realizado nos municípios mineiros Paracatu e Patos de Minas. Promovida pela ESP-MG, Secretaria Municipal de Saúde de Paracatu, Superintendência Regional de Saúde de Patos de Minas e Uberlândia, Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e Ministério da Saúde, a iniciativa contou com palestras, reuniões, rodas de conversas e visitas técnicas que abordaram o tema da PNH.

Segundo Patrícia Cássia Duarte de Brito, assessora pedagógica do NRAS/ESP-MG, o encontro foi articulado pelas referências técnicas e representantes institucionais participantes do Grupo Interinstitucional de Humanização (GIPH), coordenado pela Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais. “Devido ao bom êxito dessa iniciativa, a ESP-MG e a equipe HumanizaSUS Paracatu estão planejando a realização de um curso de Apoia-dores da PNH – HumanizaSUS Paracatu”, anunciou a também servidora do NRAS, Denize Armondm.

SUS que dá certo

Na avaliação do médico Gustavo Nunes, ex-coordenador da PNH, do Ministério da Saúde, os princípios, as diretrizes e os dispositivos da humanização permitem aos profissionais de saúde ampliar a capacidade de aprender, socializar e compartilhar experiências que melhoram o trabalho em saúde, sendo fundamental para a sustentabilidade do SUS. Para Nunes, a humanização possibilita lidar com as questões da diferença, do descenso, do conflito e da produção de subjetividade na gestão e na atenção à saúde. “Quando os profissionais de saúde passam a ter contato com a PNH na formação inicial, a capacidade de cuidado e de articulação de redes de produção de saúde é ampliada, proporcionando melhorias à vida e à saúde dos usuários, como também dos próprios trabalhadores envolvidos”, reconheceu.

Nunes lembrou que a PNH é transversal às demais ações e políticas de saúde, pois não somente transforma as relações de trabalho ao ampliar o contato e a comunicação entre pessoas e grupos, tirando-os do isolamento e das relações de poder hierarquizadas, como também assume o desafio de incluir em todas as instâncias do SUS grupos populacionais que normalmente estariam de fora,



A PNH tem o desafio de incluir grupos populacionais vulneráveis, que sofrem há anos com a exclusão social.

a exemplo das populações privadas de liberdade, dos povos ribeirinhos, remanescentes de quilombos, jovens negros das grandes cidades, mulheres gestantes negras, cujo risco de mortalidade no parto é maior que as mulheres brancas, bem como as pessoas alvo de discriminações, intolerância religiosa, racismo e violência institucional nos serviços do SUS. “Transversalizar é reconhecer que as diferentes especialidades e práticas de saúde podem conversar entre si e que esses saberes podem produzir saúde de forma mais corresponsável”, orientou.

Para a implantação de uma política efetivamente transversal, acrescentou, faz-se necessário combinar a atuação descentralizada dos diversos atores que constituem o SUS, experimentando novas propostas de ações e identificando experiências exitosas de humanização. “Por este motivo, entre os meses de novembro e dezembro de 2013, os coletivos de consultores da PNH reuniram-se em cinco oficinas para mapear as ações realizadas no contexto da humanização no SUS e traçar um plano de ação para 2014, resultando na construção do Mapa de Ações da PNH”, contou. ■

Mais de uma década de humanização no SUS

A humanização começa a se configurar como política em 2001, com o Programa Nacional de Humanização do Atendimento Hospitalar (PNHAH). O psicólogo Eduardo Passos, doutor em Psicologia e professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), lembra que o tema já pautava os movimentos sociais bem antes. “A PNH nasce enquanto política na Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, mas o ideário de humanização no SUS já estava expresso na agenda de reivindicações dos movimentos sociais”, esclareceu, em alusão à antiga luta pela humanização do parto.

A PNH é instituída em 2003, a partir de um amplo debate entre diversos órgãos do Ministério da Saúde e representantes de movimentos sociais e secretarias estaduais e municipais de Saúde. Atualmente vinculada à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, no Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas (DAPEs), ela conta com um núcleo técnico sediado em Brasília e equipes regionais de apoiadores que se articulam às secretarias estaduais e municipais de Saúde. Os princípios e diretrizes da humanização estão presentes nas diferentes frentes do SUS, incluindo situações atípicas como, por exemplo, o apoio dado aos trabalhadores de saúde e familiares das vítimas do incêndio que matou 242 pessoas e feriu 116 outras na boate Kiss, em Santa Maria (RS), na madrugada de 27 de janeiro de 2013. À época, o consultor da PNH Carlos Garcia trabalhou na articulação com os diferentes núcleos da saúde (medicina, enfermagem e psicologia) para colaborar no alinhamento e acesso de familiares e ao cuidado às vítimas, reafirmando a transversalidade dessa política.

Entre os dias 7 e 11 de abril deste ano, na esteira das comemorações das Bodas de Estanho (10 anos) da PNH, iniciada em 2013, foi realizada a Semana Nacional de Humanização. Organizado de forma descentralizada, o seminário reuniu mais de 100 mil pessoas por todo o país, entre gestores, trabalhadores e usuários do SUS, que participaram de mais de 500 atividades em todo o país.

No fim de 2012 e no início de 2013, foram organizados cinco seminários regionais que tiveram como ob-

jetivo ampliar o debate sobre a PNH, as redes temáticas prioritárias, a participação dos usuários e a integração de trabalhadores, gestores e parceiros de instituições formadoras. Com uma média de 150 participantes, os encontros regionais também serviram como prévia para atualizar os conhecimentos sobre a PNH e suas interfaces com o SUS e apontar para a realização do Seminário Nacional 10 anos da PNH, em novembro de 2013, na sede da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), em Brasília.

O encontro nacional contou com a participação de mais de 100 pessoas, entre elas do ex-coordenador da PNH, Gustavo Nunes, que tratou do tema da gestão da política e seu projeto ético-estético-político na máquina de Estado, além de autoridades dos ministérios da Saúde do Brasil e de Angola e representantes da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) do MS, da Opas, dos conselhos nacionais de Secretários da Saúde (Conass), de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e de Saúde (CNS) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). “Os princípios e as diretrizes da PNH se confundem com os princípios do SUS. A pauta da humanização nasce no movimento sanitário e, hoje, se amplia para todos os trabalhadores e usuários do SUS”, lembrou Nunes.

Durante o evento, foi realizada a premiação do concurso cultural *Faço Parte do SUS que dá certo*. O objetivo da iniciativa foi produzir um vídeo e um catálogo institucional sobre a PNH, a partir de duas experiências de cada região brasileira. Foi preciso enviar um vídeo de até cinco minutos que mostrasse algum serviço ou iniciativa da saúde pública com resultados positivos em unidades básicas de saúde, policlínicas, hospitais, serviços especializados e setores relacionados diretamente à gestão no SUS, fossem também de usuários e movimentos sociais, que estivessem em acordo com as diretrizes da humanização do SUS. Critérios como criatividade e potencial para melhorar o acesso e a qualidade do atendimento no SUS fizeram parte da avaliação, que selecionou 10 vídeos. Houve, também, uma premiação, na categoria *Voto Popular*, com Menção Honrosa para o vídeo mais votado pelos internautas na Rede HumanizaSUS.

Evento destaca-se pelo encontro de atores diversos em torno do tema da educação permanente e da formação dos profissionais para o sistema de saúde brasileiro.

Saúde, Educação e Trabalho pelo SUS

capa

Ana Paula Evangelista e Flávia Lima

A pluralidade das práticas de saúde e a integração entre os campos da Educação, da Saúde e do Trabalho estiveram expressas nos fóruns de debate, távulas, oficinas, seminários, rodas de conversa e relatos de experiências do 11º Congresso Internacional da Rede Unida, realizado em Fortaleza (CE), entre 10 e 13 de abril. Sob o tema *Girar vida, políticas e existências: a delicadeza da educação e do trabalho no cotidiano do SUS*, o evento reuniu mais de seis mil pessoas, entre congressistas, convidados internacionais e conferencistas brasileiros, destacando-se, como de tradição, pelo debate em torno da educação permanente e da formação dos profissionais como dispositivos de mudança da gestão e da organização do SUS. "Além dos congressistas brasileiros, tivemos a participação de 16 países da América Latina, Caribe, EUA, Canadá, Europa e África e recebemos em torno de 60 convidados internacionais com contribuições acerca da saúde, da educação, da gestão e do trabalho em saúde, ampliando ainda mais o espaço de debate", ressaltou Alcindo Ferla, coordenador nacional da Associação Brasileira da Rede Unida, que, neste ano, completa 30 anos de atuação em prol da formação profissional e do fortalecimento da Política de Educação Permanente da Saúde.

Na abertura do evento, precedida pelo grupo Ação Cultural para a Liberdade, que promoveu uma ciranda festiva, e pelo cantor João do Crato e sua banda, animando os convidados com um repertório regional que lembrou a obra de Luiz Gonzaga, o ministro da Saúde, Arthur Chioro, frisou a importância que as estratégias de educação permanente têm para alavancar ainda mais o SUS e lembrou a pertinência do Programa Mais Médicos para a Atenção Básica à Saúde. "Já temos, em todo o Brasil, 14 mil médicos e 49 milhões de brasileiros atendidos. Aqui no Ceará, somente, são 842 profissionais atuando em 172 municípios. Mas, o que precisamos, de fato, é idealizar uma política de investimento integrado", orientou. Além de levar mais profissionais onde há escassez e ausência deles, o Mais Médicos, ao buscar o aprimoramento da formação, provocou uma reflexão sobre a atuação profissional.

Em alusão a um dos principais desafios de sua gestão, Chioro frisou ser preciso repensar o modelo de cuidado e o SUS como projeto político, ético e em defesa da vida. "Para isso, é preciso mudar o jeito de cuidar e territorializar o sistema de saúde e pensar uma estratégia de formação diferenciada, além de garantir a formação permanente sob responsabilidade das três esferas de governo", recomendou, sendo, em seguida, interrompido por um grupo de residentes trazendo palavras de ordem e cartazes contra a precarização do SUS e a favor das residências multiprofissionais. Por reconhecer a pertinência da manifestação, Chioro cedeu o espaço ao grupo, revelando que o governo federal tem buscado reduzir os desgastes relacionados aos temas. "Vamos inovar e criar residências multiprofissionais. Queremos um debate democrático", garantiu, sob aplausos efusivos.

Para Ferla (ao centro), o encontro permitiu a reflexão consistente sobre os temas da educação, do trabalho e da saúde.



■ Pertinência do agente de saúde

As questões inerentes aos agentes comunitários de saúde mereceram destaque no que se referiu ao debate da formação profissional para o SUS. A oficina *Dialogando sobre os desafios do trabalho, da formação profissional e da organização política do agente comunitário de saúde no SUS*, organizada pelo Laboratório de Educação Profissional em Atenção à Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (Laborat/ EPSJV/Fiocruz), condutor do curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde no Rio de Janeiro, buscou identificar os nós críticos referentes à formação deste profissional e construir uma agenda positiva para enfrentar o problema da institucionalização do trabalho.

Aldiney Doreto, coordenador-geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde, do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Deges/Sgtes/MS), bem como da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), lembrou que o tema é foco de todas as 40 escolas técnicas do SUS que, hoje, integram esta Rede. "Tentamos, ao máximo, garantir que a qualificação da categoria se dê da forma mais completa e menos fragmentada, mas os desafios na gestão da saúde são inúmeros", reconheceu.

Ele defendeu experiências exitosas de formação completa do agente comunitário de saúde, a exemplo da oferta feita pela EPSJV. "Quase todo grupo de trabalhadores dessa categoria já foi formado na primeira etapa e alguns já fizeram a segunda e a terceira etapas, mostrando que

é possível alcançarmos o ideal", observou. Em setembro, a EPSJV deverá concluir mais uma turma da formação, iniciada em abril de 2013. O grupo é formado por 31 alunos que atuam como agentes comunitários nos municípios do Rio e de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, e que já haviam feito a primeira etapa da formação na Escola Técnica em Saúde Enfermeira Izabel dos Santos (Etis). Além da EPSJV, vale citar a Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha, no Acre, que já formou 1.600 profissionais técnicos em agentes comunitários de saúde. O curso técnico, com 1.320 horas de aula, foi ofertado em vários municípios do estado, incluindo os de difícil acesso, entendendo que a formação fortalece ainda mais a categoria.

As experiências seguem o Referencial Curricular para o Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, publicado pelos ministérios da Educação e da Saúde em 2004. O documento orienta que a formação se faça em três etapas, perfazendo uma carga horária mínima de 1.200 horas, conforme Resolução CNE/CEB nº 04/09. O curso está estruturado em percursos formativos, organizados de forma interdependentes, possibilitando progressão concomitante à escolarização do trabalhador. "Após uma década da publicação, o curso técnico não é uma realidade em todo o país", lamentou a pesquisadora do Laborat, Márcia Lopes. Segundo o laboratório, há 250 mil agentes comunitários de saúde no país, e a maioria realizou, no máximo, a primeira etapa da formação. "Dos cerca de 600 agentes comunitários do município de Caxias, na Baixada Fluminense do Rio, apenas 10% fizeram a primeira etapa do curso", garantiu a agente comunitária de Saúde, Eunice Lima, aluna do curso ofertado pela EPSJV.

Ela também citou o problema do baixo salário, que, hoje, em grande parte do país, é inferior a um salário mínimo — vale citar que, no dia 17 de junho, a presidenta Dilma Rousseff sancionou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 270/2006, criando a Lei nº 12.994/14, garantindo o repasse de R\$ 1.014,00 aos municípios pelo governo federal para o pagamento dos agentes comunitários de saúde e agentes de endemias. Conhecida como Piso Salarial Nacional dos Agentes de Saúde, a nova Lei representa a conquista de uma reivindicação histórica da categoria, que não tinha um valor garantido em âmbito nacional (ver matéria sobre o assunto no site da RET-SUS, em www.retsus.fiocruz.br).

Parte da história do SUS

Os palestrantes aproveitaram para fazer um resgate histórico da inserção dos agentes comunitários de saúde no SUS, recordando os primeiros profissionais que surgiram em várias comunidades na década de 1970. De acordo com Márcia, esses profissionais ganharam visibilidade em 1990, com o Programa Nacional de Agente Comunitário de Saúde (PNACS). Em 1992, a proposta recebe o nome Programa de Agente Comunitário de Saúde (Pacs) e, em 1994, destaca-se com a construção do Programa Saúde da Família (PSF). “São duas décadas de estruturação dessa categoria”, lembrou.

Segundo a pesquisadora, no documento Política de Atenção Básica, publicado em 2006, o PSF — hoje chamado Estratégia Saúde da Família (ESF) — foi citado como ação prioritária para a reorganização da Atenção Básica no Brasil, substituindo o modelo tradicional de assistência voltado para a cura de doenças e focalizando a promoção e a prevenção da saúde. “Por isso, tanto o Pacs quanto a ESF têm em comum a figura do agente comunitário de saúde como elemento primordial no quadro funcional, sobre o qual recaem expectativas de mediação e facilitação do trabalho de atenção básica à saúde, reforçando a importância em aprofundar a discussão da formação e a luta da qualificação e do reconhecimento desse profissional”, frisou.

Ao fim da mesa, foi proposta a construção de uma agenda de debate sobre o tema, a ser conduzida pelo Laborat, a partir dos eixos Formação e Trabalho, para tratar de vínculo trabalhista, plano de cargos e salários e processo de trabalho, tendo como ponto de partida as políticas de saúde inerentes ao agente comunitário de saúde. Foi também proposto buscar a aproximação com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde, movimentos sociais e escolas.

Escolas presentes

O congresso da Rede Unida contou com a participação de vários integrantes da RET-SUS. A Escola de Formação Técnica em Saúde Prof. Jorge Novis (EFTS), na Bahia, apresentou quatro trabalhos elaborados por docentes da

instituição e parceiros da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O relato *Sensibilização de gestores municipais para a implantação de cursos técnicos em saúde*, apresentado por apoiadores da EFTS, revelou como a escola conseguiu sensibilizar os secretários municipais de saúde quanto à importância da formação de trabalhadores para SUS, face às eleições municipais de 2012 que poderiam provocar, na ocasião, mudanças na gestão.

O trabalho foi iniciado pelas reuniões das Comissões Intergestoras Regionais (CIRs), onde os apoiadores apresentaram os cursos da escola voltados para as áreas de Atenção Primária em Saúde e Rede Hospitalar. Em seguida, os profissionais da EFTS promoveram reuniões com secretários municipais, com o objetivo de pactuar a implantação dos cursos. A enfermeira e apoiadora dos cursos descentralizados da EFTS, Luciana Reis Pimentel, recordou que o trabalho resultou no interesse de 16 municípios, envolvendo, ao fim, sete gestores comprometidos com a formação de seus trabalhadores. “Eles assinaram um termo de compromisso, estabelecendo as obrigações da EFTS e do município no desenvolvimento do curso”, contou. A perspectiva, com a iniciativa, é formar nas áreas 1.067 trabalhadores até o fim de 2014, abarcando a macrorregião Sul da Bahia.

O trabalho de sensibilização não se encerra, porém, na assinatura do documento, explicou Luciana. “O apoiador deve ser um problematizador de atividades educativas, compartilhando com os coordenadores regionais e locais, docentes, discentes e comunidade elementos da realidade vivenciada, levantando hipóteses de solução para os problemas encontrados, revendo os processos, refletindo a teoria e experimentando novas estratégias para enfrentar os desafios dos processos formativos”, disse. Além de Luciana, o trabalho contou com a participação de Cláudia Lemos Vieira Lima, Giselle Alves da Silva Teixeira, Silvana Lima Vieira e Gilberto Tadeu Reis da Silva.

Formação pedagógica das docentes dos cursos da EFTS, Projeto de intervenção: proposta inovadora de avaliação do curso Técnico em Enfermagem da EFTS no Alto das Pombas e Calabar, em Salvador (BA) e Formação dos técnicos em enfermagem: uma ação do Pacto pela Vida no Alto das Pombas e Calabar em Salvador (BA) foram os títulos dados aos três outros relatos de experiência da escola da Bahia. “É uma oportunidade de promover a articulação dos serviços de saúde com as instituições formadoras, contribuindo ainda mais para a formação dos trabalhadores de saúde”, resumiu Joelma Pinheiro Meira Barbosa, gerente de Projetos e Pesquisa da EFTS. Segundo ela, os trabalhos buscaram incentivar e consolidar mudanças pedagógicas na instituição, aumentando a autoestima de docentes e discentes e incentivando a investigação voltada para o enfrentamento de situações adversas, tomadas de decisões e solução de problemas oriundos dos processos de trabalho.



Ana Paula Evangelista / RET-SUS

A Superintendência de Pesquisa da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas (ESP-MG), representada pelas superintendente, Marilene Barros de Melo, e pesquisadora Luciana Souza d'Ávila, trouxe para o Congresso da Rede Unida doze trabalhos. Dentre eles, *A implementação do curso Técnico em Hemoterapia no âmbito de uma escola de Saúde Pública do Sistema SUS: a construção do conteúdo programático sob a perspectiva interdisciplinar* focalizou a formação técnica, ofertada pela escola entre 2012 e 2013, identificando os desafios e as especificidades do programa curricular. “Esse trabalho faz parte de uma grande pesquisa sobre a análise das ações educativas ofertadas pela ESP-MG”, informou Marilene.

O trabalho da ESP-MG buscou analisar o curso Técnico em Hemoterapia no seu momento inicial, intermediário e final, bem como identificar, compreender e analisar as percepções dos diversos sujeitos envolvidos – superintendente de Educação, discentes, docentes e referências técnicas – quanto à realidade do processo educacional. “A pesquisa poderá nortear a escola quanto aos desafios para a formulação e implementação do curso, além de desvendar o campo da prática transfusional no Brasil, ainda pouco explorado”, observou Marilene.

A Superintendência de Educação da ESP-MG, por meio de seu Núcleo de Atenção Primária e Vigilância em Saúde, apresentou outros dois títulos em rodas de conversa – *Fortalecendo o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf) em Minas Gerais: uma experiência de formação de referências técnicas do estado em parceria com a ESP-MG* e *Formação de professores universitários: contribuições da ESP-MG ao Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde)* –, desenvolvidos em parceria com Cássia Beatriz Batista, docente da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). O primeiro trabalho teve como objetivo ampliar o conhecimento dos profissionais dos núcleos de Atenção Primária à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG), permitindo uma atuação mais autônoma e coerente com o SUS. O segundo trabalho destacou a interação ensino-serviço,

com vista a fornecer os subsídios necessários para reorientar o processo de formação nos cursos de graduação inseridos no Pró-Saúde II, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), enriquecendo os currículos para atuação nas redes de atenção à saúde do SUS.

■ Êxito da formação técnica

A formação técnica para o SUS foi também destaque da Escola Municipal de Saúde (EMS) de São Paulo, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde (SMS). A coordenadora em Vigilância em Saúde da SMS, Ana Marisa Tenuta Perondi, apresentou o trabalho *Implantando o curso Técnico em Vigilância em Saúde em São Paulo*, cujo enfoque foi o grupo de trabalho constituído por representantes da Coordenadoria de Vigilância em Saúde (Covisa) e suas gerências para viabilizar o curso técnico.

De acordo com Ana Marisa, foram promovidas 73 reuniões para construção do conteúdo programático, além de 14 encontros para organização de carga horária, atividades curriculares e estágio supervisionado, 12 capacitações técnico-pedagógicas, 12 cadernos impressos e um manual de trabalho de conclusão de curso (TCC), envolvendo, aproximadamente, 185 profissionais na produção do curso. “O grupo de trabalho responsável pelo curso recomenda que, em São Paulo, seja realizada uma discussão abrangente com todos os setores da saúde para a inserção deste técnico nos serviços, visando otimizar sua atuação e melhorar a qualidade de vida da população”, explicou.

Os profissionais da EMS Fátima Madalena de Campos Lico, Nilva Tiyomi Kitani, Cecília Cleonice Ribeiro Martins e Ricardo Fernandes de Menezes, por sua vez, apresentaram o trabalho *A contribuição da Educação Permanente para a construção da Linha de Cuidado em Saúde do Trabalhador na Rede de Atenção à Saúde*, tendo como enfoque a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no Município de São Paulo e os centros de Referência em Saúde do Trabalhador, para que os mesmos sejam resolutivos e possam desempenhar suas atribuições em sintonia com as redes de Atenção à Saúde.

Segundo Fátima Lico, a integralidade norteou a iniciativa, considerando a categoria trabalho como um dos determinantes do processo saúde-doença. Desse contexto, citou, fez parte o curso Acolhimento e Construção da Linha de Cuidado em Saúde do Trabalhador na Rede de Atenção à Saúde, envolvendo 40 profissionais dos seis centros de Referência em Saúde do Trabalhador de São Paulo. A capacitação contou com uma carga horária de 20 horas, possibilitando a discussão com as equipes nos serviços.

A Secretaria da Saúde de Sobral (CE) apresentou as iniciativas que envolvem a Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia (EFSFVS), recentemente integrada à RET-SUS. Entre elas, destacou-se a proposta *Grupo de convivência na zona rural: o trabalho com exercícios neuróbios representados pelos jogos recreacionais como fator de contribuição na dimensão psíquica dos idosos*, desenvolvida por Neires Alves Freitas, residente de Educação Física da EFSFVS.

O trabalho é resultado de um relato de experiência de abordagem qualitativa, desenvolvido com 23 idosos participantes de um grupo de convivência da zona rural de Taperoaba, encontrando justificativa no aumento dessa população e, conseqüentemente, na necessidade de desenvolver novas estratégias de cuidado, tanto para a saúde individual quanto coletiva. O exercício neuróbio, segundo Neires, implica um tipo de ginástica para o cérebro, com o objetivo de desenvolver a capacidade de raciocínio, percepção e criatividade.

A primeira etapa do estudo consistiu no desenvolvimento de um curso desenvolvido para os idosos, onde se identificou a necessidade de investir em momentos de exercícios neuróbios que trabalhassem a mente, melhorando as conexões nervosas diminuídas com o avanço da idade. “Naquele momento, realizou-se a parte teórica do conteúdo, a partir de uma ação dialogada sob a perspectiva da roda, como proposta de garantir a horizontalidade das relações”, explicou Neires. A segunda etapa correspondeu à parte prática, por meio da aplicação de vários jogos, que funcionam como exercícios neuróbios, tais como jogo da memória, quebra-cabeça, dama e sequência lógica.

Sob o título *Ainda lembro do seu caminhar: historicidade e práxis educativa no trabalho do agente comunitário de saúde*, a tutora de território da Residência Multiprofissional em Saúde da Família da EFSFVS, Francisca Elzenita Alexandre, apresentou os processos formativos vivenciados pelos agentes comunitários de saúde do Ceará antes da Lei nº 11.350, de outubro de 2006, que regulamentou a profissão dos agentes comunitários e agentes de enfermagem em todo país. O trabalho buscou averiguar se os tipos de formações estavam em consonância com as atribuições preconizadas na Política Nacional de Atenção Básica e na Política de Educação Permanente em Saúde,

examinar se os processos formativos contribuíram para a construção da práxis educativa do agente e identificar o papel desse profissional como educador comunitário na saúde. O trabalho de pesquisa fez uso de entrevistas (história oral) com dois idealizadores do Pacs, cinco agentes comunitários de saúde e duas pessoas da comunidade, bem como de documentos escritos, analisados à luz da hermenêutica-dialética, evidenciando a relevância do agente no fortalecimento da ESF na esfera nacional e local e apontando a necessidade de se retomar seu perfil de educador comunitário em saúde.

■ Aprendizagem significativa

Entendendo que a educação permanente em saúde é, ao mesmo tempo, uma prática de ensino-aprendizagem e uma política de educação na saúde, a EPSJV apresentou a proposta do Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde, destinado às ETSUS da Região Nordeste. “Esse é o primeiro curso que a EPSJV organiza para a RET-SUS, em parceria com o Ministério da Saúde. É uma demanda antiga das escolas e do próprio ministério, em razão da necessidade de qualificar o corpo docente das escolas da Rede”, anunciou o pesquisador da escola e coordenador do curso, Júlio César França Lima.

O mestrado, segundo ele, pretende atualizar e discutir a dimensão político-pedagógica da formação, sistematizar um olhar crítico sobre as políticas de educação profissional e possibilitar a construção de objetos de investigação que potencializem possíveis avanços no processo de formação profissional. A formação, cuja seleção iniciou em abril, tem duração de dois anos, com regime de oferta diferenciada, já que os alunos são de outros estados, e carga horária de 1.440 horas (60 horas de concentração e 20 horas de dispersão por disciplina). Está organizado em duas etapas: período de concentração, de duração quinzenal; e período de dispersão, que se dará no local de origem de cada aluno. De acordo com Lima, são 21 vagas, distribuídas pelos nove estados do Nordeste — Ceará (3), Bahia (3), Pernambuco (3), Alagoas (2), Maranhão (2), Paraíba (2), Piauí (2), Rio Grande do Norte (2) e Sergipe (2).

Na mesa de debate *Diálogos entre educação permanente e atenção primária à saúde*, destacaram-se os temas do processo formativo, da problematização dos processos de trabalho e da produção de saúde, encerrando o 11º Congresso da Rede Unida. Coordenadora do Mestrado em Educação para Saúde da Universidade do Minho, em Portugal, a professora Maria Clara Costa Oliveira falou sobre a Atenção Primária e a formação de profissionais de saúde em Portugal. “O sistema de Atenção Primária em Portugal, considerado um dos melhores do mundo, divide-se em Cuidados de Saúde Pública — constituído por médicos e enfermeiros, além de especialistas —, e em unidades de Cuidados na Comunidade (UCCs), cobrindo todo o país”, informou.

As UCCs, segundo ela, têm por missão contribuir para a melhoria do estado de saúde da população da sua área geográfica de intervenção, visando a obtenção de ganhos em saúde e contribuindo, diretamente, para o cumprimento do trabalho do Agrupamento de Centros de Saúde (Aces) ao qual estão integradas. Estas unidades atuam, ainda, na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção. Nesse sentido, integram projetos e programas orientados pela realidade de saúde e social da sua área de intervenção

e que tenham como referência o plano de ação do Aces e funcionam em estreita articulação com as outras unidades funcionais, a citar as unidades de Saúde Familiar (USF), de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP) e de Saúde Pública (USP), bem como com a Equipa Coordenadora Local (ECL), no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). As UCCs participam, também, da formação dos diversos grupos profissionais nas suas diferentes fases: pré-graduada, pós-graduada e contínua. ■

Um balanço do Caminhos do Cuidado

Durante o Congresso da Rede Unida, a equipe do Projeto Caminhos do Cuidado, voltado para formação em saúde mental (crack, álcool e outras drogas) dos agentes comunitários de saúde, auxiliares e técnicos em enfermagem, reuniu-se com diretores e coordenadores das escolas técnicas do SUS (ETSUS) para uma avaliação da proposta, coordenada pelo Grupo Hospitalar Conceição (GHC), de Porto Alegre, e pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio de convênio com o Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Deges/Sgtes/MS). O projeto tem como meta capacitar 290.760 mil profissionais de saúde até o fim deste ano de 2014.

Na oficina *A Construção da Educação Permanente*, o diretor do Deges, Alexandre Medeiros, lembrou que o projeto provoca novas possibilidades de ações, unindo a Saúde Mental e a Atenção Básica às escolas. "Estamos criando uma estrutura nacional que permita a todos conversarem e entenderem seus papéis e atribuições", garantiu.

Na oficina *Educação permanente enquanto estratégia de transformação do processo de trabalho*, a coordenadora executiva do projeto, Edelves Vieira, lembrou que o projeto pressupõe a articulação com as instituições do SUS protagonistas da formação desses trabalhadores, entre elas as escolas técnicas do SUS (ETSUS), centros formadores de

recursos humanos do SUS e escolas de Saúde Pública, integrantes da RET-SUS, como também com as áreas de Saúde Mental e Atenção Básica dos três entes federativos e com os conselhos de Secretários Municipais de Saúde. "A formação dos agentes comunitários de saúde e dos auxiliares e técnicos em enfermagem ocorre de forma descentralizada, respeitando a especificidade de cada local e buscando o real sentido da educação permanente", disse.

A iniciativa se dá em três etapas: os orientadores de aprendizagem, capacitados por meio de uma oficina de formação pedagógica com 24 horas, formam os tutores, que participam de curso com 40 horas de formação presencial e 80 horas de Educação a Distância (EaD), e estes formam os agentes comunitários de saúde e auxiliares e técnicos em enfermagem, por meio de uma capacitação de 60 horas, sendo 40 horas presenciais e 20 horas de dispersão. A última etapa de formação, especialmente, conta com a participação direta das escolas da RET-SUS (ver Revista RET-SUS nº 64, de abril de 2014).

O coordenador nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Roberto Tykanori, ao participar da tábua *Projeto Caminhos do Cuidado: articulando a rede de cuidados em saúde mental, sob a perspectiva da redução de danos*, observou que o projeto possibilita um processo de qualificação de profissionais conscientes e solidários, preocupados com o sofrimento alheio, "sem deixá-los engessados por normas e formulários".



Projeto reflete práticas humanas e solidárias em Saúde Mental.

Sob o ideário de um médico de família, ex-aluna da EFTS dedicou-se ao cuidado de uma horta medicinal, no quintal da unidade de saúde.

Naturopatia na promoção da saúde

aluno em foco

Flávia Lima

Quem nunca tomou chá de erva-cidreira para espantar a insônia? Ou de camomila para ajudar na digestão? Quem já usou chá de boldo como remédio caseiro para o mal-estar do fígado? Foi pensando em proporcionar à comunidade uma vida saudável e sustentável que o médico Áureo Augusto Caribé de Azevedo, da Unidade de Saúde da Família (USF) de Caeté-Açu, zona rural do município de Palmeiras, na Bahia, propôs a criação de uma horta medicinal, baseada nos fitoterápicos — medicamentos obtidos a partir de plantas medicinais. Azevedo revela que seu interesse por essa proposta surgiu quando teve problemas sérios de saúde, optando, assim, por seguir uma linha terapêutica chamada naturopatia — ou medicina natural. “A partir daí, decidi que iria ajudar a comunidade”, contou.

O trabalho de cuidar da horta medicinal, sob a orientação do médico de família, coube à agente comunitária de saúde e trabalhadora da USF Marlene Soares de Almeida, de 32 anos. “Nascemos numa região onde todos têm a cultura de fazer um chá ou tratar com alguma erva. É gratificante ajudar uma pessoa que está passando mal e oferecer, por exemplo, um chá de rosa branca com alecrim”, citou a trabalhadora, referindo-se à bebida indicada em casos de inflamações do útero e rins, devido às ações antibacterianas e antidiarreicas da rosa branca e às propriedades digestiva e anti-inflamatória do alecrim.

Agente comunitária de saúde há nove anos, Marlene é egressa da Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis (EFTS), na Bahia. Ela realizou o curso de forma descentralizada na própria USF. “Nossos cursos acontecem de forma descentralizada, não há necessidade de ser na escola. Oferecemos cursos para 23 mil agentes comunitários e todos eles fizeram os cursos em uma unidade de saúde da família”, esclarece a diretora da EFTS, Maria José Camarão. “Foi a decisão mais acertada que tomei na vida. Ser aprovada no curso foi um presente para mim”, recordou Marlene, destacando que sempre achou a profissão de agente comunitário bastante interessante.

Na observação de Maria José, a escola possibilita a inclusão social de milhares de trabalhadores, que passam a ter estudo, diploma e carreira. “A EFTS vem referendar a prática na qual eles estão imersos. A partir da formação técnica, muitos deixam de ter simplesmente uma ocupação e passam a ser profissionais”, destacou.

Cuidado sempre presente

Marlene passou a trabalhar na unidade de saúde logo após a conclusão do curso. Foi durante as reuniões semanais que acontecem na USF que o médico de família Azevedo propôs a criação de um horto de plantas medicinais, em um pequeno espaço no fundo da unidade de saúde. “O doutor Áureo fez projetos para cada um e eu fui designada a cuidar desse espaço. Fui com meu marido à comunidade de Campinha, onde já havia uma pessoa engajada nesse trabalho, e solicitamos informações e dicas de como começar a horta medicinal. Íamos lá semanalmente, para buscar plantas e mudas. Hoje, esse horto é motivo de orgulho”, revelou.



A seleção das plantas a serem cultivadas foi feita por todos os profissionais da USF, que optaram pelo guaco — indicado em caso de gripe, infecção na garganta, bronquite e alergias —, anador — também utilizada no tratamento de bronquites e gripes, além de aliviar azia e dores musculares —, bem-me-quer — conhecida como mal-me-quer, calêndula ou margarida-dourada, é expectorante e antiespasmódica, além de fortalecer o útero —, hortelã — para o tratamento da azia, má digestão, problemas do fígado e vesícula biliar, entre outros benefícios —, romã — indicada em casos de dores de garganta e problemas na gengiva, cólicas intestinais e diarreia —, melissa, camomila e erva cidreira — por combater a ansiedade, a insônia e a agitação, devido às propriedades calmantes —, boldo — contra problemas digestivos e do fígado —, além da rosa branca e do alecrim. “Temos de tudo na horta medicinal”, resumiu Marlene.

O processo de secagem, embalagem e distribuição das plantas é simples: as ervas são postas sobre uma tela de metal, presa sob o telhado da varanda do fundo do posto; depois de secas, são empacotadas, rotuladas e postas nas prateleiras da farmácia, para, em seguida, serem distri-

buídas para a população, conforme a orientação do profissional habilitado da equipe de Saúde da Família. “Sinto-me bastante satisfeita, pois é um trabalho que faço com amor e carinho”, contou a agente comunitária de saúde.

Na avaliação de Azevedo, o uso de plantas com fins terapêuticos é, entre as práticas integrativas e complementares do SUS, a de mais fácil aceitação, por se tratar de uma atividade onipresente em todas as civilizações e servir de base a numerosas medicações alopáticas.

Segundo ele, em qualquer área rural, o uso de plantas medicinais faz parte do cotidiano da comunidade. “Na medida em que usamos plantas medicinais, produzidas aqui, por pessoas da comunidade, e, ao passo que essa medicação é valorizada pelos médicos, conseguimos resgatar valores e costumes locais, reduzindo a medicação e o uso de drogas, tornando a vida da população muito mais saudável”, argumentou. Ele lembra que as ervas têm grande efetividade terapêutica quando bem utilizadas e, embora não completamente inócuas, têm menor possibilidade de efeitos colaterais do que as medicações alopáticas.

Para Maria José, a proposta ajuda não somente o usuário do SUS como também valoriza a ação do agente comunitário, integrando cada vez mais comunidade e unidade de saúde. “O trabalho desenvolvido na USF de Caeté-Açu, além de resgatar o conhecimento popular, contribui para a promoção da saúde e o bem-estar da comunidade e da equipe de trabalhadores”, concluiu. ■

Alternativa de tratamento no SUS

Os benefícios das plantas medicinais e dos medicamentos fitoterápicos são reconhecidos em todo o mundo como elementos importantes na prevenção, promoção e recuperação da saúde, bem como pelo próprio Ministério da Saúde, devido às suas propriedades contra dores, inflamações, disfunções e outros incômodos e ao alívio sintomático de doenças de baixa gravidade. O SUS já conta com 12 tipos de medicamentos fitoterápicos, entre eles a Aloe vera (Babosa) — para o tratamento de psoríase e queimaduras —, o Salix Alba (Salgueiro) — contra dores lombares — e a Rhamnus purshiana (Cáscara-sagrada) — para problemas de prisão de ventre, na bÍlis e no baço.

Produzidos a partir de plantas frescas ou secas e de seus derivados, que ganham diferentes formas farmacêuticas, como xaropes, soluções, comprimidos, pomadas, géis e cremes, esses tipos de medicamentos, financiados com recursos da União, estados e municípios, podem ser manipulados ou industrializados e devem ter registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Ao todo, 13 estados — Acre, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins — e o Distrito Federal — contam com a distribuição dos produtos, que devem ser utilizados, a exemplo da Unidade de Saúde da Família de Caeté-Açu, sob orientação médica.

'A formação tem que ser importante tanto para o serviço quanto para o usuário'

Hêider Aurélio Pinto

entrevista

Katlia Machado

Em março de 2014, o médico sanitário, graduado pela Universidade de Pernambuco (UFPE), e especialista em Saúde Coletiva, pela Universidade Federal de Sergipe, Hêider Aurélio Pinto, assumia a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, em substituição a Mozart Salles. A convite do atual ministro da Saúde, Arthur Chioro, ele deixou a direção do Departamento de Atenção Básica (DAB), da Secretaria de Atenção à Saúde do MS, onde esteve à frente de janeiro de 2011 a março de 2014, evidenciando a importância que o primeiro nível de atenção e porta de entrada do sistema de saúde tem para que o SUS se faça de fato universal, integral e equitativo. Nesta entrevista à Revista da RET-SUS, ele faz um balanço das áreas que, hoje, são foco de sua atuação, a citar as gestões do trabalho e da educação na saúde, e revela como elas deverão avançar nos próximos anos, tendo como foco o Programa Mais Médicos, lançado em 2013. "Temos que expandir mais de 10 mil vagas de graduação em medicina e mais de 11 mil vagas de residência médica", enumerou, ressaltando, ainda, o quanto essas ações demandarão "fazer da rede de escolas do SUS excelente espaço de cuidado e de formação".

Que contribuições do DAB você traz para a sua gestão na Sgtes?

Minha ida para a Sgtes, tendo estado como diretor da Atenção Básica desde o início do atual governo, reforça ainda mais a importância que tem a agenda da gestão do trabalho e da educação em saúde e, em especial, do Programa Mais Médicos para que a Atenção Básica possa dar o salto qualitativo esperado em nosso país. Esse salto na expansão e qualidade da Atenção Básica exigirá mudanças no conjunto das Redes de Atenção à Saúde, o que implica a necessidade de uma robusta política de formação, de educação permanente e de gestão do trabalho no SUS.

Que avaliação você faz das áreas das gestões do trabalho e da educação na saúde?

Observamos muitos avanços nas políticas relacionadas à gestão do trabalho e da educação, sendo, hoje, elementos essenciais de qualquer projeto de mudança profunda dos modos de atenção, gestão e participação no SUS. O momento é ainda mais especial, face à expansão dos serviços de atenção básica, cada vez mais multiprofissional, à articulação da Atenção Básica com a Atenção Especializada, que entra na ordem do dia, e a uma lei que determina e oportuniza uma mudança fundamental no modo de formar médicos e especialistas no país (Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos). Apesar dos avanços, todas as políticas de gestão da educação e do trabalho precisam ser revisitadas e interrogadas a partir dessa conjuntura e das oportunidades que surgem. A formação técnica para o SUS, passando pela Política de Educação Permanente em Saúde, a atuação do Ministério da Saúde junto ao Ministério da Educação, visando mudanças na graduação, nas residências e na pós-graduação, e a qualificação da gestão do trabalho no SUS precisam ser ressignificadas e articuladas.

Como essas áreas, além da provisão de profissionais, compreendidas pela Sgtes, deverão avançar nos próximos anos?

Há um conjunto de desafios relacionados ao Programa Mais Médicos. Temos que expandir mais de 10 mil vagas de graduação em medicina e mais de 11 mil vagas de residência médica, seguindo a lógica de abrir vagas onde há necessidade social e condições de rede. Ao mesmo tempo, a Lei nº 12.871/13 nos deu instrumentos poderosos para mudar concretamente a formação médica e adequá-la às necessidades de nossa população e do SUS. Isso, por si só, aponta para mais de 40 mil médicos em formação até 2018, o que demandará fazer da rede de escolas do SUS excelente espaço de cuidado e de formação. Essa mudança não diz respeito apenas à medicina e aos médicos, uma vez que são as escolas da RET-SUS também responsáveis por realizar a formação em nível técnico, como também a graduação e a especialização de todos os profissionais da equipe e dos serviços. Temos o desafio de nos responsabilizar pela educação permanente e pelo desenvolvimento de novas competências dos trabalhadores do SUS. Para tanto, além de um sistema que consiga reconhecer, valorizar e desenvolver competências, é preciso articular cada vez mais a educação permanente com a gestão do trabalho, de modo que a formação seja importante tanto para o serviço quanto para o usuário e para o desenvolvimento humano e profissional do trabalhador.

Como você pensa a educação profissional técnica em saúde?

Ela é absolutamente estratégica para qualificar as Redes de Atenção à Saúde e para ampliar e consolidar competências dos profissionais de saúde de nível médio. A educação profissional técnica em saúde promove a autonomia e dá resolutividade aos profissionais e, conseqüentemente, eleva a autoestima do trabalhador e amplia a potência dos serviços

de saúde que compõem o SUS. Ela deve ser pensada em equipe, articulada com os processos formativos dos demais profissionais, inserida no processo de trabalho, formatada segundo a lógica da educação permanente e planejada conforme políticas e planos que conformam as redes de saúde.

Que ações você destacaria para o fortalecimento desta formação?

O fortalecimento da educação profissional técnica não somente é uma meta, como é questão central da Sgtes, que tem na Política Nacional de Educação Permanente em Saúde seus eixos basilares. Muitas iniciativas estão sendo desenvolvidas nesses últimos anos, a citar a elaboração e a publicação de diretrizes nacionais orientadoras para as formações técnicas em saúde e das referências curriculares para os cursos técnicos desenvolvidos pelas escolas técnicas do SUS (ETSUS). Além disso, a Sgtes tem buscado garantir o financiamento para o desenvolvimento dos processos formativos e da qualificação dos trabalhadores de nível médio, por meio da publicação de portarias do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps).

Qual seria a formação profissional capaz de atender as Redes de Atenção à Saúde (RAS)?

Ela tem que estar integrada tanto com processos formativos das demais profissões quanto com as ações e desenvolvimento das RAS. É preciso pensar uma formação multiprofissional, inserida e implicada com o processo de trabalho real dos serviços. Devemos utilizar o referencial conceitual e as metodologias da educação permanente para associar esta formação sempre à qualificação da Rede e ao desenvolvimento do trabalhador, ampliar a autonomia dos profissionais, fazer o processo de formação com foco nas necessidades e nos desafios que o profissional vivencia em seu processo de trabalho e articular a formação à implantação de dispositivos de gestão colegiada. ■



Nova sede
fortalece
compromisso
com a formação
profissional para o
SUS de Roraima.

ETSUS Roraima ganha novas instalações

escola em foco

Jéssica Santos

Pedro Rodrigues da Cruz, 34 anos, é técnico em laboratório há 10 anos e trabalha em uma unidade de saúde do município de São João da Baliza, interior de Roraima. Em 2013, como ele mesmo resumiu, sua vida mudou para melhor, ao iniciar o Curso Técnico em Hemoterapia, pela Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima. Na sua observação, a nova sede da ETSUS Roraima, inaugurada em abril deste ano, passa a oferecer também uma estrutura física bastante confortável para a realização dos estudos. "Está tudo novinho na escola. Com essa mudança, podemos ficar mais à vontade, as salas de aula são maiores, temos espaço de convivência para conversar no intervalo do almoço e mais livros na biblioteca", descreveu o aluno, que viaja 360 quilômetros até a capital do estado, Boa Vista, para os momentos de concentração do curso.

As novas instalações, divididas em sete blocos, em área coberta de 2.540 m², contam com oito salas de aula, biblioteca, laboratórios de informática, análises clínicas, enfermagem, nutrição, farmácia e higiene bucal, além de auditórios e salas para professores, reuniões e orientação profissional, fortalecendo a missão da escola quanto à formação dos profissionais de saúde do SUS de Roraima. "A nova estrutura traz um ambiente de trabalho e de aprendizagem mais adequado, funcional, confortável e humanizado tanto para os servidores quanto para os educandos", resumiu a diretora, Tania Soares. Segundo ela, todos são unânimes em dizer que o ambiente é bastante agradável. A construção contou com cerca de R\$ 4 milhões, oriundos do governo federal.

Fortalecimento do SUS

Tania acredita que a nova sede motiva ainda mais a atuação da equipe. Por outro lado, traz desafios quanto às gestões administrativa e educacional. "Isso implica ampliação quantitativa e qualitativa da equipe, pois hoje temos uma estrutura cinco vezes maior, com vários espaços de aprendizagem", frisou. Além disso, acrescentou, será necessário redefinir a estrutura organizacional e funcional da escola, para atender adequadamente as novas necessidades organizacionais.

O novo prédio foi inaugurado em cerimônia comemorativa, no dia 3 de abril, com a participação do governador do estado, José de Anchieta, do vice-governador, Chico Rodrigues, e do coordenador-geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Deges/Sgtes/MS), Aldiney Doreto. "Este espaço traz salas de aulas adequadas para a aplicação dos princípios pedagógicos da rede e da metodologia problematizadora, além de laboratórios de prática bem equipados, que se aproximam da realidade dos trabalhadores do SUS", ressaltou Doreto.



Equipe de trabalhadores celebram inauguração da nova sede e afirmam novos desafios.

Atualmente, a ETSUS Roraima está com três turmas do Técnico em Hemoterapia em andamento, com 105 profissionais em formação. Iniciada em abril de 2013, com recursos do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps), do Ministério da Saúde (MS), o curso, com 1.500 horas de aula, tem previsão de término em 2015. “É uma oportunidade para crescer profissionalmente e prestar concurso como técnico em hemoterapia. Além disso, o que eu aprendo no curso melhora o dia a dia do meu trabalho”, observou Cruz.

Segundo Tânia, está também em andamento uma turma de qualificação em saúde mental do projeto Caminhos do Cuidado, cujo foco é a formação de agentes comunitários de saúde e auxiliares e técnicos em enfermagem no cuidado de usuários de crack, álcool e outras drogas, e uma turma do curso de Complementação de Auxiliares para Técnicos em Enfermagem, com 82 alunos. Vale citar que o Caminhos do Cuidado, sob a coordenação do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), de Porto Alegre, e Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio de convênio com o Deges, acontece em articulação com as instituições protagonistas da formação profissional para o SUS, a exemplo da ETSUS Roraima.

As formações ofertadas pela ETSUS Roraima, soma-se o curso Técnico em Enfermagem Indígena, em fase de processo seletivo para contratação de 20 docentes. “Após a finalização de seleção, teremos uma oficina pedagógica, com 40 horas, para os profissio-

nais selecionados. Essa oficina tem um diferencial, pois traz uma discussão sobre a questão indígena”, destacou Tania. A previsão é que a oficina pedagógica seja realizada no segundo semestre deste ano e o curso, iniciado em 2015, com 1.500 horas — 1.200 horas de aulas teóricas e práticas e 300 horas de atividades de estágio — e 39 vagas. “Nesse curso, a matriz curricular é a mesma que a do Técnico em Enfermagem. A diferença é a abordagem, pois, neste caso, são considerados os aspectos sociológicos e antropológicos da cultura indígena”, explicou.

Pela escola, criada pela Lei Estadual nº 433 de 2004, já passaram mais de dois mil alunos. Entre as formações ofertadas em dez anos, Tânia destacou o curso Técnico em Saúde Bucal. As últimas três turmas, executadas aos fins de semana, apresentaram índice bastante baixo de evasão. Segundo a diretora, 95% dos alunos concluíram o curso e desse total, 70% foram aprovados em concursos públicos do estado de Roraima e do município de Boa Vista. “Nós nos orgulhamos muito dos nossos egressos aprovados nas primeiras classificações”, informou.

Tânia lembrou, também, alguns projetos especiais em andamento na escola, a exemplo do Programa de Educação em Saúde Bucal para servidores do SUS de Roraima e do projeto ETSUS Ambiental, cujo propósito é discutir e desenvolver a educação ambiental, a responsabilidade social e o voluntariado. “A proposta é convergir esses três focos para promover uma mudança efetiva de comportamento das pessoas em relação aos espaços e patrimônio públicos, como a escola e as unidades de saúde”, explicou. ■

Escola da Paraíba comemora 20 anos com lançamento de um blog e participação ativa nas redes sociais.

escola em foco

Flavia Lima

Duas décadas dedicadas à formação para o SUS

O Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba (Cefor-PB), completou, em 11 de abril, 20 anos de atividades, comemorando o aniversário em evento realizado, no dia 29, na sede da escola, em João Pessoa. A ocasião foi brindada com a mesa redonda *Os desafios da Educação Profissional na concepção da educação permanente*, o lançamento oficial do blog da escola (www.ceforgpb.wordpress.com) e o pré-lançamento de três livros didáticos – Unidades Complementares, Complementação para Técnicos em Enfermagem e Curso Técnico em Vigilância em Saúde. “Em 20 anos, a unidade buscou aperfeiçoar-se e acompanhar os avanços tecnológicos”, frisou a diretora da unidade, Candice Chiara, em alusão ao blog do Cefor-PB que já atingiu a marca de mais de 3.300 visualizações. A nova diretora da escola, que ocupava até então o cargo de diretora pedagógica, substituindo Volmir Brutscher, que deixou a direção para dedicar-se à carreira acadêmica, contou que a proposta de criar canais virtuais encontrou justificativa na necessidade de promover maior proximidade entre trabalhadores, coordenadores, facilitadores e alunos, bem como fazer com que toda a população conheça a missão da escola.

A instituição criou, nesse sentido, perfis nas redes sociais, estando no Twitter (@CeforPB) e tendo sua fanpage no Facebook (www.facebook.com/ceforgpb). “É importante ressaltar que o objetivo maior de termos perfis sociais não é, necessariamente, atrair mais público, mas, sim, divulgar as nossas ações na rede, demonstrando a potencialidade do SUS em nosso estado”, acrescentou Candice.

Em duas décadas de história, o Cefor-PB já formou 18.394 alunos e conta 3.423 profissionais em formação. “Estamos celebrando 20 anos de muito esforço e batalha, mas também de várias conquistas”, anunciou Candice, informando, ainda, que a meta é dar continuidade aos projetos iniciados e melhorar outras propostas de formação que estão por vir. “Continuaremos buscando melhorar todo o processo de trabalho, mantendo os projetos iniciados e com o pé no acelerador para os projetos futuros”, declarou. “O Cefor-PB tem a responsabilidade de formar e capacitar profissionais do SUS, promovendo o fortalecimento dos serviços de saúde, especialmente ao que se refere ao contexto sociopolítico estadual”, destacou Brutscher.

Na avaliação da secretária executiva de estado da Saúde, Cláudia Veras, a escola conquistou resultados positivos, apesar dos muitos desafios enfrentados. “O papel do Cefor-PB para a qualificação dos trabalhadores do SUS é fundamental. Todos os processos de formação, inclusive a carga horária dos cursos, têm como foco o profissional que já está inserido no trabalho”, garantiu. Segundo ela, a escola não somente tem relevância para a qualificação dos profissionais de nível médio, como também dos profissionais de nível superior. “A escola conta com vários cursos de especialização em andamento, permitindo que nossos profissionais sejam qualificados enquanto atuam”, frisou.



Jorge Luiz de Castro, diretor do Cefope-RN, Guadalupe Paranaguá, técnica da Coordenação de Ações Técnicas do Deges, Célia Maria Borges Santana, diretora da ESP-PE, e Brutscher festejam a quase maioria do Cefor-PB.

■ Trajetória

Com a missão de formar e capacitar profissionais de nível médio na área de saúde, promovendo competências e desenvolvendo habilidades para o exercício profissional dentro do mercado de trabalho, o Cefor-PB foi criado pela Lei Estadual nº 5.871, da Secretaria de Estado de Saúde da Paraíba, em 11 de abril de 1994. “Começava naquele instante a história da instituição que passaria a ser responsável pela qualificação e formação profissional dos trabalhadores de nível médio do Sistema Único de Saúde (SUS) da Paraíba”, recordou Candice.

A escola iniciou suas atividades na mesma década de criação da Lei Orgânica de Saúde (nº 8080/1990), buscando contemplar princípios éticos de humanização na saúde e de cidadania e contribuindo para a construção de novos conhecimentos e o fortalecimento do SUS, no âmbito estadual.

Dentre os objetivos da instituição, estão formar e habilitar trabalhadores na área de saúde, atualizar trabalhadores com novos conhecimentos e avanços da ciência, oferecer subsídios para melhoria da qualidade dos serviços de saúde, contribuir para o desenvolvimento de práticas de ensino, desenvolver competências, habilidades e atitudes específicas na área de saúde e desenvolver as relações interpessoais entre os trabalhadores de saúde, promovendo a valorização dos mesmos.

Foram vários cursos técnicos, aperfeiçoamentos e especializações realizados nesses 20 anos. As formações ofertadas pelo Cefor-PB nascem com o Programa de Capacitação de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba, em 1988, priorizando as formações técnicas e pedagógicas em Enfermagem, em função do grande contingente de atendentes na área. Destacaram-se, também, as capacitações nas áreas

das doenças transmissíveis e materno-infantil, com conteúdos organizados e voltados para as ações de atenção básica à saúde, dando maior sustentabilidade à reorganização do SUS.

Entre 2011 e 2014, a escola ofertou a Primeira Etapa Formativa do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, além dos técnicos em Radiologia, Enfermagem, Vigilância em Saúde e Hemoterapia, tendo formado 1.947 profissionais para o SUS paraibano. Foram oferecidas, no mesmo período, as especializações em Política e Gestão do Cuidado, com ênfase no apoio matricial — em parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) —, Gestão do Trabalho e Educação na Saúde — realizada no âmbito do Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do Trabalho e da Educação no SUS (ProgeSUS) —, Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS (Cegepe) e Políticas de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, junto com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Entre 2012 e 2014, somam-se turmas dos cursos técnicos em Saúde Bucal, bem como em Hemoterapia, Vigilância em Saúde e Enfermagem, com previsão de formar mais 410 alunos. Nesse mesmo período, foram iniciadas as especializações em Linhas de Cuidado em Enfermagem — em Parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina —, Saúde da Família com ênfase na implantação das Linhas de Cuidado, Gestão da Atenção Básica e de Redes Microrregionais de Saúde e Saúde da Família com ênfase na implantação das Linhas de Cuidado — essas últimas três em parceria com a UFPB.

Como o trabalho não para, como frisou Candice, o Cefor-PB planeja iniciar, ainda neste ano de 2014, os cursos técnicos em Prótese Dentária e Vigilância em Saúde, para 70 profissionais, além da Especialização de Pedagogia Aplicada à Saúde, para 160 alunos. ■

Etsal inicia novos cursos técnicos em Enfermagem

A Escola Técnica de Saúde Profª Valéria Hora (Etsal), em Alagoas, iniciou no mês de março dez novas turmas do curso complementar de Auxiliar para Técnico em Enfermagem. Por meio desta iniciativa, a escola pretende formar mais de 250 novos técnicos na área. O curso abarca os municípios de Campo Alegre, Igreja Nova, Jaramataia, Novo Lino, Palmeira dos Índios, Pariconha, Santana do Mundaú, São José da Laje, Ibateguara, União dos Palmares e Atalaia, com duração de 700 horas de aula, divididas em 500 horas de concentração (teoria) e 200 de dispersão (estágio). Cada turma terá duração média de 10 meses.

Efos realiza encontro sobre assistência ao usuário com distúrbios respiratórios

A Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, por meio da Diretoria de Educação Permanente em Saúde da Escola de Formação em Saúde (Efos), com o apoio do Ministério da Saúde, realizou (31/3) o 1º Seminário de Assistência da Enfermagem ao Paciente com Distúrbios Respiratórios. O evento contou com a participação dos alunos do curso Técnico em Enfermagem, promovendo a reflexão sobre os cuidados e a sistematização da assistência de enfermagem aos pacientes acometidos com distúrbios respiratórios agudos ou crônicos e ressaltando o papel do técnico nesse contexto.

Alunas egressas da ETSUS Sergipe são classificadas em concurso público

Três alunas certificadas pela Escola Técnica do SUS de Sergipe (ETSUS-SE) foram classificadas, com as maiores pontuações, para o cargo de Técnico em Saúde Bucal do concurso para o Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe (UFS). As técnicas em Saúde Bucal Andrea Oliveira da Silva Santana, Marileide Santos de Jesus e Renata Silva Ribeiro ficaram, respectivamente, na primeira, segunda e terceira colocações. Elas já atuavam como auxiliares na área, nos municípios onde residem, tendo concluído o curso Técnico em Saúde Bucal promovido pela ETSUS-SE em janeiro de 2014. "O resultado é fruto de muita dedicação e deveu-se graças à oportunidade que tive de ingressar no curso técnico", revelou Andrea. Para a coordenadora do curso, Teresa Mônica Leite Fraga, é bastante gratificante ver um aluno ingressar no serviço público em consequência da formação técnica. "Obter a certificação não foi fácil. Mas os bons resultados já estão sendo colhidos", observou.

O curso Técnico em Saúde Bucal, reconhecido pelos ministérios da Educação (MEC) e da Saúde (MS) e Conselho Regional de Odontologia, é ofertado pelo governo de Sergipe por meio da ETSUS-SE, como forma de legitimar a atividade que já é executada pelos auxiliares em saúde bucal do estado. O curso tem uma carga-horária de 1.500 horas e é realizado de modo descentralizado, para atingir todas as regionais de Saúde de Sergipe. Ao fim do processo, este profissional está habilitado para atuar na área executando, sob a supervisão do cirurgião dentista, atividades clínicas voltadas para o restabelecimento da saúde, conforto, estética e função mastigatória do indivíduo, como radiografias, limpeza e polimento de dentes, remoção de tártaro e suturas e inserção de materiais restauradores em cavidades dentárias preparadas pelo dentista.

ETSUS Acre é parceira do Projeto Caminhos do Cuidado

A Escola Técnica do SUS (ETSUS) no Acre, vinculada ao Instituto Dom Moacyr (IDM), deu início, no mês de março, ao Projeto Caminhos do Cuidado, voltado para a formação em saúde mental (crack, álcool e outras drogas) dos agentes comunitários de saúde e auxiliares e técnicos em enfermagem da Atenção Básica e da Estratégica Saúde da Família (ESF). O Acre foi um dos primeiros estados da Região Norte a receber o projeto, cujo objetivo é melhorar a atenção à saúde dos usuários de drogas e de seus familiares.

Em abril, em reunião promovida pelo Conselho de Secretários Municipais de Saúde de Rio Branco (AC), a ETSUS Acre apresentou os primeiros resultados desse trabalho: mais de 500 agentes comunitários de saúde, técnicos e auxiliares de enfermagem do estado capacitados, oriundos dos municípios de Rio Branco, Brasileia Epitaciolândia e Xapuri. Em processo de formação, estavam os profissionais das cidades de Plácido de Castro, Sena Madureira, Porto Acre, Capixaba e Acrelândia.

No mês de maio, a formação chegou a Juruá e a Tarauacá-Envira. Seguindo orientação do projeto — coordenado pelo Grupo Hospitalar Conceição (GHC), de Porto Alegre, e pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio de convênio com o Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Deges/Sgtes/MS) —, os agentes comunitários de saúde e auxiliares e técnicos em enfermagem participaram de uma capacitação de 60 horas — 40 horas presenciais e 20 horas de dispersão — em seus próprios territórios.

Na avaliação da tutora do projeto, Amanda Caroline Amorim, o trabalho trouxe resultados exitosos ao permitir a participação da família, da comunidade e dos profissionais em saúde. Para Gleiciane de Oliveira, agente comunitária de saúde, que atende famílias em cinco seringais no interior de Xapuri, a formação foi muito importante. "Nós não sabíamos como lidar com esse assunto", reconheceu. Segundo ela, nos seringais, muitas pessoas são dependentes do álcool e sofrem preconceito dos familiares. "A partir da formação, já mudamos a abordagem", revelou.



Arquivo ETSUS Acre

EMS promove melhorias na formação técnica em Vigilância em Saúde

A segunda fase de avaliação do curso Técnico em Vigilância em Saúde da Escola Municipal de Saúde (EMS) de São Paulo, realizada no dia 3 de abril, teve a participação de todos os alunos das primeiras turmas do ano de 2011. O exame, feito em parceria com a Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIA-USP), teve como objetivo mensurar o nível de conhecimento dos discentes em comparação à primeira etapa, promovida em abril de 2013, na Universidade Nove de Julho (Uninove), com vistas a aprimorar a formação.

Segundo a coordenadora do curso técnico, Regina Helena Sanches, a atividade dividiu-se em duas etapas: prova objetiva com questões de múltipla escolha; e prova prática, realizada por meio de dinâmicas em grupo. Coordenadora da unidade regionalizada Sul da EMS e responsável pela aplicação das provas, Célia Bernardes Costa explicou que a prova não teve como foco medir o conhecimento individual, mas, sim, avaliar o curso. "A atividade é importante para a melhoria das futuras turmas do curso técnico", observou Sílvia do Amaral Pacheco, aluna da unidade da EMS no Centro-Oeste do município de São Paulo. "Acredito que a avaliação trará, como resultado final, melhorias para o dia a dia do trabalho", acrescentou Carlos Antônio, aluno da unidade regionalizada Norte.

ESP-CE conclui aperfeiçoamento em Maternidade

Duas turmas do Curso de Aperfeiçoamento em Atenção à Saúde da Mulher no Ciclo Gravídico Puerperal e do Neonato, realizado pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), foram concluídas no fim de fevereiro. Segundo a diretora de Educação Profissional em Saúde (Dieps) da ESP-CE, Ondina Canuto, a formação teve como finalidade desenvolver padrões de práticas baseados em evidências científicas atualizadas e contribuir na redução da mortalidade materna e neonatal como consequência dos agravos que acometem a saúde da mulher e da criança no ciclo gravídico-puerperal e do neonato. A formação está inserida nas ações do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Infantil no Nordeste e Amazônia Legal.

Etsal realiza oficina de metodologias ativas

A Escola Técnica de Saúde Prof^a Valéria Hora (Etsal), em Alagoas, realizou, em 17 de março, a Oficina de Metodologias Ativas. Fruto de parceria com a Universidade Federal de Alagoas (Ufal), o trabalho fez parte do projeto de mestrado em Ensino na Saúde da professora da escola Rudja Abreu, resultando no desenvolvimento de novas estratégias educacionais e metodologias ativas a serem implantadas com os estudantes e demais participantes dos cursos na área de saúde da Etsal.

A oficina, conduzida pelo professor Antonio Carlos Costa, docente do mestrado em Ensino da Saúde da Ufal, contou com a participação de cerca de 30 profissionais, entre coordenadores, gestores, instrutores e demais profissionais da saúde ligados às atividades de ensino nos diversos cursos técnicos da Etsal. "A oficina representa um momento de aprimoramento no ensino técnico", resumiu a gerente-geral da Etsal, Janaina Andrade.

ETSUS Acre forma duzentos agentes comunitários indígenas de saúde

O mês de março destacou-se pela formatura de 200 novos agentes comunitários indígenas de saúde (ACIS) na região Norte do país. Realizada pela Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha (ETSUS Acre), em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde (Sesacre) e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde (MS), a formação abarcou 18 povos indígenas dos estados do Acre, Rondônia e Amazonas — Kaxinawa, Kaxarari, Machineri, Shanenawa, Nukini, Poyanawa, Ashaninka, Madja, Katukina, Apurinã, Jamamadi, Jaminawá, Arara, Yawanawá, Kontanawa, Apolima-Arara, Jaminawa-Arara, Nawa. O curso teve duração de 600 horas de aula, diferenciando-se pelo uso de imagens no processo didático-pedagógico.

Os novos agentes são responsáveis pelas ações de prevenção de doenças e agravos, visitas domiciliares e por acompanhar as pessoas que assistem em tratamentos médicos e encaminhar os pacientes às unidades de saúde do SUS, uma vez que este profissional é o principal elo entre as comunidades indígenas e os serviços de saúde e um mobilizador social da participação das comunidades no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.



Arquivo ETSUS Acre

ESP-CE forma turma de técnicos em enfermagem em Aracati



Arquivo ESP-CE

No dia 21 de fevereiro, a Diretoria de Educação Profissional em Saúde (Dipes) da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) realizou, na Escola de Ensino Fundamental Professora Gecina Nepomuceno, a colação de grau dos alunos do município de Aracati que concluíram o curso Técnico em Enfermagem, promovido por meio do sistema Rede e-Tec Brasil, do Ministério da Educação (MEC) — o programa visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

A solenidade de formatura contou com a presença do secretário de Educação de Aracati, Francisco José Mendes de Freitas, dos coordenadores da Rede e-Tec Brasil junto ao Instituto Federal do Ceará, Márcio Damasceno, e do polo e-Tec no município, Paulo Nunes, da diretora de Educação Profissional em Saúde da ESP-CE, Ondina Canuto, da assessora técnica da escola, Wilma Lins, além dos formandos, familiares e convidados.

No dia 11 de março, em continuidade à conclusão das formações técnicas promovidas por meio do sistema Rede e-Tec Brasil, foi realizada, na cidade de Caucaia, a colação de grau da turma do curso Técnico em Saúde Bucal. Na solenidade de formatura, a oradora da turma, Geisiane da Silva, discorreu sobre a importância da formação e agradeceu a todos que participaram do projeto, destacando a ESP-CE, a coordenação do polo e-Tec Brasil e a tutora presencial do curso, Cynthia Aguiar. Ondina Canuto parabenizou as alunas e refletiu sobre a contribuição da formação para a melhoria dos serviços de Saúde Bucal no município de Caucaia. Estiveram presentes na formatura a subsecretária de Saúde de Caucaia, Rita de Cássia, a coordenadora do polo e-Tec Brasil, Helena Rocha, a representante da Secretaria de Ciências e Tecnologia do estado, Sandra Maciel, e a assessora técnica da ESP-CE, Wilma Lins.

Escola da Paraíba inicia Especialização em Saúde da Família

O Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba (Cefor-PB) promoveu, em 7 de março, a aula inaugural da segunda turma de Especialização em Saúde da Família, com ênfase na implantação das Linhas de Cuidado do SUS. A formação, promovida na modalidade de Educação a Distância (EaD), destina-se a 500 profissionais do SUS, entre eles trabalhadores e gestores da Atenção Básica das quatro macrorregiões de Saúde do estado. O curso beneficia profissionais de todos os 223 municípios, por meio de uma parceria entre a Secretaria Estadual de Saúde e o Centro de Ciências Médicas (CCM) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).



Acervo Cefor-PB

Trabalhos de intervenção no território marcam conclusão de curso da EMS

Alunos do curso de Prevenção e Intervenção ao Uso Abusivo de Substâncias Psicoativas, promovido pela Escola Municipal de Saúde (EMS) de São Paulo, apresentaram, no dia 24 de fevereiro, na sede da escola, seus trabalhos finais, elaborados com base nos conteúdos discutidos em sala de aula e nas experiências vividas pelos profissionais — provenientes das coordenadorias regionais de saúde Sudeste e Centro-Oeste — nos chamados Consultórios na Rua (proposta que procura ampliar o acesso da população de rua e ofertar, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde, por meio das equipes e serviços da atenção básica). Iniciado em agosto de 2013, o curso teve duração de 160 horas, divididas em encontros presenciais, promovidos no local de trabalho e no território de atuação dos trabalhadores.

As experiências, avaliadas por representantes das coordenadorias regionais de saúde, supervisões técnicas de saúde, equipes multiprofissionais das unidades básicas de saúde e coordenação do curso, trataram dos temas da conscientização em saúde, inclusão nos serviços, aumento do acesso a tratamentos, humanização de profissionais, fortalecimento do trabalho em rede, motivação e sensibilização de equipes multiprofissionais. Foram formados, ao todo, 96 agentes comunitários de saúde e 16 enfermeiros, sendo um de cada equipe de Atenção Básica à Saúde.

Cefor-PB promove formatura do Técnico em Hemoterapia

A Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba (SES-PB), por meio do Centro Formador de Recursos Humanos (Cefor-PB), promoveu a formatura da primeira turma do curso Técnico em Hemoterapia, realizada no município de João Pessoa, durante dois anos. A solenidade de encerramento aconteceu na sede da escola, no dia 25 de março. Ao todo, se formaram 27 profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) do estado.

Do total, 90% atuam na Hemorrede e agências transfusionais da Paraíba e o restante está nos laboratórios que dão suporte às agências. “A necessidade de capacitar profissionais na área da Hemoterapia encontra justificativa na expansão da hemorrede e no crescente aumento da demanda transfusional no nosso estado”, destacou a diretora da escola, Candice Chiara. Segundo ela, desde a fundação dos hemocentros e hemonúcleos na Paraíba, nenhum curso havia sido realizado com este propósito. “Dessa forma, estes trabalhadores passam a entender melhor o que fazem no dia a dia, compreendendo o seu papel no processo do ciclo de sangue”, concluiu.

ESP-MG revalida diplomas internacionais de cursos técnicos na área da saúde

A Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG) passa a revalidar os diplomas internacionais de cursos técnicos na área da saúde de profissionais que atuam em Minas Gerais. A tarefa, regulamentada pela Portaria 391 de 26 de fevereiro de 2014, era realizada pela Cruz Vermelha, como informou o diretor-geral da ESP-MG, Rubensmidt Riani.

De acordo com a diretora da Superintendência Técnica do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE-MG), Guilhermina Nogueira, o credenciamento autorizado pela Secretaria de Estado de Educação baseou-se na Resolução CEE nº 441/2001, que dispõe sobre declaração de equivalência de estudos e revalidação de diplomas ou certificados expedidos no exterior, da Educação Básica e da Educação Profissional.

A primeira condição para revalidação do diploma é que o curso técnico pleiteado esteja com turma em andamento — ou seja, com alunos em sala de aula. A avaliação do processo deverá ser feita por uma comissão, composta por cinco a seis docentes, capacitados para determinados conteúdos e práticas relacionadas. Segundo a secretária de Ensino da ESP-MG, Fátima Camarinho, o processo de revalidação inclui provas escrita e oral, entrevista, entre outras atividades capazes de identificar se o profissional está preparado e se há proximidade entre a carga horária e o conteúdo do curso feito fora do país e o que é definido pelo Ministério da Educação (MEC). “Lembramos que o português fluente é uma das condições para se pleitear a revalidação, pois o profissional precisa entender o que está sendo demandado a ele”, frisou Fátima.

ETSUS Roraima promove jornada de educação em saúde para trabalhadores do SUS

A Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima (ETSUS-RR) iniciou, na segunda quinzena de março, a 1ª Jornada de Educação em Saúde, envolvendo 6.090 trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) do estado que atuam na Rede de Atenção Básica e nos serviços de assistência em saúde. A iniciativa, realizada por meio de convênio de cooperação técnico-científica entre a escola, a Universidade Estadual de Roraima (UERR) e a Secretaria de Estado da Saúde de Roraima, abarca 150 cursos gratuitos, nos níveis superior e médio.

As formações, distribuídas nas áreas de Urgência e Emergência, Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias, serão executadas em um período de 12 meses, simultaneamente, nos 15 municípios do estado, em conjunto com outras instituições de ensino. Para tanto, a jornada conta com investimento em torno de R\$ 2 milhões. A diretora-geral da ETSUS-RR, Tânia Soares de Souza, observou que a iniciativa contribui para aumentar a motivação dos trabalhadores da saúde, proporcionando melhorias no ambiente de trabalho e aprimoramento no atendimento à população roraimense.



ESP-PE promove curso em atualização em Saúde Mental

No dia 17 de março, a Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESP-PE) iniciou o curso Atualização em Saúde Mental na Atenção Básica. A formação conta com a participação de 190 alunos, oriundos de 11 categorias profissionais atuantes nas cinco Gerências Regionais de Saúde (Geres) do estado. O curso objetiva atualizar e qualificar os profissionais da atenção básica quanto ao atendimento dos usuários com transtornos psíquicos, com base nos princípios da reforma psiquiátrica e no modelo de rede de atenção à saúde mental.

Fazendo uso da modalidade de educação a distância, para que pudesse abarcar um grande número de profissionais, o curso contou com o suporte técnico do Núcleo de Telessaúde do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (Imip) quanto à estruturação do Ambiente Virtual de Aprendizagem, ao desenho educacional e à criação dos objetos de aprendizagem.

Jovens e escolarizados são os que mais se auto-medecam no Brasil

Em sua segunda fase, a Pesquisa sobre o Uso Racional de Medicamentos no Brasil, do Instituto de Ciência Tecnologia e Qualidade (ICTQ), revelou que o consumo de medicamentos sem qualquer critério médico muda radicalmente de acordo com a faixa etária dos brasileiros. Entre os 16 e os 24 anos, 90,1% das pessoas chegam a se medicar sozinhas. Dos 56 anos em diante, o índice cai para 51,8%. Na faixa de 25 a 40 anos, a automedicação chega a 77,5% e, entre aqueles com 41 a 55 anos, o total é de 66,7%. Segundo Marcus Vinicius de Andrade, diretor de pesquisas do ICTQ, a diferença pode ser explicada pelo amadurecimento e maior consciência sobre riscos presentes entre os mais velhos. Já os jovens, por serem mais imediatistas, costumam ir direto aos sites de pesquisas e procuram o que acham que devem usar.

O estudo indica, ainda, que a prática da automedicação está relacionada ao grau de instrução e à renda dos brasileiros: quanto maior o nível de ensino, maior é o índice de autoconsumo de medicamentos. Entre os que têm ensino fundamental, o índice chega a 50,9% e, para os que completaram o ensino superior, o total é de 84,8%. Já homens e mulheres apresentam índices percentuais semelhantes: 76,7% entre o sexo masculino e 75,1% entre o feminino, na média de todas as idades.

Segundo a pesquisa, ter sempre um medicamento ao alcance das mãos para o consumo imediato faz parte do cotidiano de 54,4% da população, que costuma carregar as pílulas diariamente na bolsa ou na carteira — quase sempre, em condições inadequadas de armazenamento. Foi também identificado que o hábito de não conferir as datas de fabricação e de vencimento faz parte de 32,2% dos brasileiros, sendo que 75,5% dos homens e 76,5% das mulheres guardam as sobras dos remédios para consumo posterior, a qualquer tempo. Ao todo, 46,1% não leem as bulas, e 23,9% revelaram não entender as informações que elas trazem.

Outro dado que chamou a atenção dos pesquisadores está relacionado ao uso de analgésicos. No total, 16,5% da população declararam consumir esse tipo de medicamento toda semana, para qualquer sintoma de desconforto, e 65% não têm o hábito de consultar o farmacêutico e procuram somente o balconista ou o vendedor da farmácia. Apesar das exigências impostas, o uso de antibióticos sem receita ainda é prática entre 18,4% da população e o de medicamentos controlados, de tarja preta, entre 8,2%. A pesquisa avaliou 1.480 pessoas, entre os dias 25 de março e 3 de abril de 2014, em 12 capitais brasileiras.